



# PLANO DE **GESTÃO** QUADRIÊNIO 2015 - 2018DIRETORIA DE **ENSINO** REGIÃO DE CATANDUVA





# ÍNDICE

# I - IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR DE SUA CLIENTELA DE SEUS RECURSOS FÍSICOS, MATERIAIS E HUMANOS.

- - 1.2. Histórico da U.E.
  - 1.3. Histórico de Resultados
  - II PROPOSTA PEDAGOGICA DA ESCOLA
- 1. Linhas Básicas da Proposta Pedagógica
  - 1.1. Dimensão Ética e de Valores
  - 1.2. Dimensão Política
  - 1.3. Dimensão do Conhecimento
  - 1.4. Dimensão Didático-Pedagógico
  - 1.4..1 Ensino Fundamental
  - 1.4.2 Ensino Médio
  - 1.4.3 Educação Especial
  - 2. Princípios do Projeto Pedagógico
  - 2.1 Relação entre a escola e a comunidade
  - 2.2. Gestão Democrática
  - 2.3 Democratização do Acesso e da Permanência com sucesso do aluno na escola
  - 2.4 Autonomia
  - 2.5 Qualidade de Ensino
  - 2.6 Valorização dos Professores da Educação
  - 2.7 Corpo Discente
  - 2.8 Avaliação
  - 2.9 Considerações Finais
  - III CURRICULO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
  - IV- CONTEXTO SOCIO HISTÓRICO NO QUAL SE INSERE A UNIDADE ESCOLAR
  - V CONCEPÇÃO DE ENSINO APRENDIZAGEM (PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
  - VI PLANOS DE TRABALHO DOS DIFERENES NUCLEOS QUE COMPÕEM A ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA





- 1. Organização técnico-administrativa
  - 1.1. Diretor
  - 1.2. Vice-diretor
  - 1.3. Professor Coordenador
  - 1.4. Professor Mediador
  - 1.5. Professor PEB II
- 2. Núcleo Técnico- Administrativo
  - 2.1. Secretaria
  - 2.2. Secretario de Escola
  - 2.3. Oficial de Escola
- 3. Núcleo Operacional
- 3.1 Agente de Serviços Escolares
- 3.2 Agente de Organização Escolar
- 3. Zelador
- 4. Merendeira
- 5. Sala de Leitura
- 6. APM
- 7. Grêmio Estudantil

VII - SERIE HISTORICA DO IDESP

VIII - RESULTADOS OBTIDOS (2014)

- 1. Resultados/Fluxo
- 2. Recuperação Paralela
- 3. Atividades Curriculares Desportivas
  - IX EQUIPE GESTORA
  - X EQUIPE DE PROFESSORES
  - XI FORMAÇÃO CONTINUADA
  - XII EQUIPE DE APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO
  - XIII INSTITUIÇÕES ESCOLARES
  - 1. APM
  - 2. Grêmio Escolar
  - XIV COLEGIADOS ESCOALRES
  - XV GESTÃO ESCOALAR
  - XVI ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA
  - XVII SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
  - XVIII DIAS/HORARIO ATPC
  - XIX ANEXOS





# IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO **DA UNIDADE** ESCOLAR, DE SUA CLIENTELA, DE **SEUS RECURSOS** FÍSICOS, **MATERIAIS** E **HUMANOS.**





## I - Identificação da Unidade Escolar

Escola Estadual: Profa Dinorah Silveira Borges

Ato de criação: RES. SE. Nº 22 de 26/01/1976, publicado no D.O

de 27/01/1976

CNPJ: 49.026.511/0001-71

Código CIE: 026761 Código UA: 43.994

Endereço: Av. Barão dos Cocais, 340 Bairro: Conjunto Euclides Figueiredo

Município: Catanduva

Telefones: 3522-5270 / 3521-1985

E-mail: e026761a@educacao.sp.gov.br





## II - Cursos Oferecidos em 2015

Curso	Série / Ano	Horários de atendimento	Ato de autorização/ criação (D.O.E.)
Ensino Fundamental	8º ANO A 9º ANO A 9º ANO B	12:50 ÀS 18:10	10/08/1944 PUBLICADO A 11/08/1944
Ensino Médio	1ª SÉRIE A 1ª SÉRIE B 1ª SÉRIE C 1ª SÉRIE D 1ª SÉRIE E 1ª SÉRIE F 2ª SÉRIE A 2ª SÉRIE C 2ª SÉRIE D 2ª SÉRIE D 2ª SÉRIE E 3ª SÉRIE E 3ª SÉRIE E 3ª SÉRIE B 3ª SÉRIE D 3ª SÉRIE D 3ª SÉRIE D	1- 07:00 ÀS 12:20 3- 19:00 ÀS 23:00	





## III - Histórico da unidade escolar

## 1) Histórico de relação e de inserção da escola na comunidade

Aos dezenove dias do mês de agosto de mil novecentos e quarenta e quatro, às oito horas, no prédio nº 57 da Rua São Francisco, Vila São Francisco, foi feita a instalação do Grupo Escolar de São Francisco, criado pelo Decreto 10, publicado a fls 3 do Diário Oficial de onze de agosto de mil novecentos e quarenta e quatro. Com quatro classes, de quatro categorias e segundo estágio, com a anexação das seguintes escolas: primeira e segunda mistas da Vila São Francisco, Mista do Bairro do Coqueiro e a Mista de Vila Henedina.

Maria Angela Botti, professora, foi convidada a responder pela direção até a nomeação da diretora titular, que no caso foi a professora Floripes Marques de Andrade, que ficou no cargo da escola por aproximadamente 8 anos.

Iniciou-se com 4 turmas e em mil novecentos e sessenta e nove, foram criadas duas classes para deficientes mentais.

Fizeram parte do Grupo Escolar de São Francisco as escolas isoladas: E.E.P.G. Emergência do Sítio Denadai, E.E.P.G.Emergência da Fazenda São Francisco, E.E.P.G. da Fazenda Santa Rita, E.E.P.G. do Bairro da Fazenda Santa Helena, E.E.P.G. do Bairro Pompeu.

De acordo com o Decreto nº 51.696, em seu artigo 1º, datado de 15, publicado no Diário Oficial de 16/04/1969, a escola passou a denominar-se Grupo Escolar Profa Dinorah Silveira Borges, em homenagem a esta professora que nasceu em Sorocaba, cursou o primário e o ensino normal em São Carlos. Ingressou na Escola Normal Secundária de São Carlos, lecionou em escolas particulares de Catanduva, foi professora do Curso Primário Anexo à Escola Normal "Dr. Adhemar de Barros", diretora interina do Curso Primário da mesma Escola Normal. Dela pode-se dizer "que como Mestra de futuros mestres pregou sempre aquilo que realizou: cumpridora fidelíssima dos deveres do cargo, exercia-o com amor e compreensão, fazendo de cada aluno um Amigo".

Em 1976, através da Resolução SE nº 22, de 26, publicada em 27/01/76, a escola passou a ser chamada de Escola de Primeiro Grau Prof<sup>a</sup> Dinorah Silveira Borges, com início de funcionamento em 15/02/1976.





Encontramos do seu período de instalação, até o momento atual, vários livros de presença, controle de inventário, atas, livros administrativos, livro de posse, resultado final e algumas fotografias de eventos realizados durante estes anos que se passaram.

Em virtude do excesso de alunos, em mil novecentos e oitenta e três, com a construção de outro prédio maior, próximo ao antigo Grupo Escolar de São Francisco e outro prédio em um bairro novo, de periferia, os alunos transferiram-se para a nova escola, que passou a se chamar EEPSG "Prof. Oliveira Barretos", e outros alunos transferiram-se à Av. Barão dos Cocais, nº 340, Conjunto Euclides, bairro de periferia, em doze de fevereiro, com a denominação de Escola Estadual de Primeiro Grau Profa Dinorah Silveira Borges.

A EEPG "Prof<sup>a</sup> Dinorah Silveira Borges" iniciou suas atividades escolares com quatro classes no ensino fundamental, no período noturno, duas no período da manhã e oito salas de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série, que funcionavam no período da manhã e tarde.

Em mil novecentos e noventa e oito, passou a ser chamada Escola Estadual Prof<sup>a</sup> Dinorah Silveira Borges, com ensino fundamental e seis salas de ensino médio, no período noturno.

Em 2008 foi formado no período noturno o EJA – Ensino Médio, com 1º termo e terminando em 2009, com o 3º termo. Não teve continuidade do EJA na unidade escolar, devido à baixa procura por esta modalidade de ensino.

Hoje temos em funcionamento dez salas no período da manhã de Ensino Médio, sendo cinco de 1ª série, três de 2ª série e duas de 3ª série; no período da tarde temos o Ensino Fundamental II, com três salas, sendo uma de 8º ano e duas de 9º ano.

A escola continua sendo de periferia, tem uma boa estrutura e aparência física e professores comprometidos com a qualidade do ensino, sendo estes de todas as categorias. Possui diretora, vice-diretora, coordenadora pedagógica, uma professora mediadora, que procuram incentivar o corpo docente, discente e funcionários.

Temos como em todas as escolas problemas de indisciplina, mas participamos de projetos desenvolvidos pela SEE.

Os recursos tecnológicos existentes na escola são de boa qualidade e também possuímos uma sala de leitura.





GESTORES QUE PASSARAM PELA E.E. PROFª DINORAH SILVEIRA BORGES			
Nome	Período		
FLORIPES MARQUE DE ANDRADE	1944-1951		
NAIR CARVALHO NEVES	1952-1961		
RICARDO BARALDI	1962-1968		
GERALDO SEBASTIÃO MACHADO	1969-1970		
IRINEU DAOGLIO	1971-1975		
CELIA ARROIO DE SOUZA	1976-1979		
OLGA MARIA LESSA AGUIAR BRANTIS	1980-1983		
JOSÉ GANDINI	1984-1988		
ESMERALDA GANNY	1989-1990		
MARIA APARECIDA CHERUTTI	1991-1992		
CELIA MARIA BOLINELLI ALMENDROS	1993-1994		
JUCENI BARTH	1994-1997		
MARISA LOPES PARRA	1997-1998		
SANDRA VALÉRIA TARSITANO RIBEIRO	1998-2000		
MARIA ELISABETE SOLFA MACHADO	2002-2003		
PAULA REGINA PEREIRA	2005		
JOÃO BATISTA DA SILVA	2003-2004 / 2006-2011		
CLEUSA APARECIDA SULFIATO	2012-2015		
FÁTIMA APARECIDA DOS SANTOS GANGA	2001-2002 / 2004 / 2015		
SANDRA HELENA SIQUEIRA	ATUAL		





## 2) Histórico de resultados e de participação em projetos

Embora o sistema de avaliações externo, SARESP, tenha sido implantado em 2007, ainda existe dificuldade para o desenvolvimento adequado dos alunos, o que resulta num índice de resultados muito baixo.

Os alunos são estimulados e incentivados a se dedicarem aos estudos e levarem a escola a sério, mas nem sempre conseguimos tal fato com êxito, pois alguns alunos encaram a escola como algo sem importância em suas vidas.

Estamos remodelando o sistema de avaliações dos alunos, pautado no desenvolvimento de competências e habilidades e avaliações elaboradas por área de conhecimento para que o aluno entenda e veja a escola como um todo e aprenda a valorizar todas as disciplinas presentes no desenvolvimento dos seus estudos.

Um projeto de conscientização e orientação aos alunos será desenvolvido com a participação de toda a equipe escolar para que essa valorização escolar de fato aconteça e os alunos percebam que com responsabilidade o sucesso é garantido.

A participação no ENEM, Olimpíadas de Matemática e Língua Portuguesa, projetos de leitura como Centopeia e Quebra-cabeça, passeios culturais e eventos internos tem auxiliado no desenvolvimento desse projeto, pois é uma forma de valorização para o aluno.

Os boletins de resultados do SARESP encontram-se em anexo.





## IV – Proposta Pedagógica da Escola

## 1 – LINHAS BÁSICAS DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

## 1.1 - Dimensão Ética e de Valores

Os seres humanos convivem em sociedade e a aventura da convivência desafianos a enfrentar e procurar responder a todo o momento à pergunta: "Como agimos na relação com os outros?".

Trata-se de uma pergunta fácil de ser formulada, mas difícil de ser respondida. Ora, esta é a questão central da moral e da ética.

Moral e ética são palavras frequentemente empregadas como sinônimos: conjunto de princípios ou padrões de conduta. Para atendermos nossas necessidades, criamos formas de viver que se diferenciam em tempos e lugares, construímos respostas diversificadas às necessidades inscritas na natureza, reformulando constantemente as respostas, inventando novas necessidades. Nossas ações são mediadas tanto pela percepção do real como pela capacidade de formularmos diferentes respostas a um estímulo, uma necessidade.

Com isto existe uma série de prescrições que a sociedade cria para orientar nossa conduta. Os diversos grupos criam formas peculiares de viver e elaboram princípios e regras que regulamentam o nosso comportamento. Estes princípios e regras específicos, em seu conjunto, indicam direitos, obrigações e deveres, com isto:

- A escola deve ser um lugar onde cada aluno encontre a possibilidade de se instrumentalizar para realização de seus projetos; por isso, a qualidade do ensino é condição necessária à formação moral de seus alunos. Se não promover um ensino de qualidade, a escola condena seus alunos a sérias dificuldades futuras na vida e, em decorrência, a ver seus projetos de vida frustrados.
- A escola dever ser o lugar onde os valores morais são pensados, refletidos e não meramente impostos ou frutos de hábito. Dessa forma a finalidade da escola é desenvolver a arte do diálogo entre todos os membros que a compõe.

Vivemos um período no qual a informação está, a um só tempo, disponível como nunca esteve e, contraditoriamente, inacessível a grandes parcelas da nossa população.

A concepção das novas atribuições da educação e, consequentemente da função social da escola tem sido bastante debatida. Para a escola pública, tais reflexões representam uma oportunidade de reconhecer que as mudanças necessárias no sistema educacional são urgentes e demandam esforço coletivo de todos que fazem educação, assim como da sociedade como um todo.

Com isso há a necessidade de <u>aprendermos a conhecer</u>, tendo domínio dos próprios instrumentos do conhecimento. Supõe <u>aprender a aprender</u>, exercitando os processos e habilidades cognitivas: atenção, memória e o pensamento mais complexo (comparação, análise, argumentação, avaliação e crítica), <u>Aprendermos a fazer</u>,





exprimindo a aquisição não somente de uma qualificação profissional, mas de competências que tornem a pessoa apta a enfrentar variadas situações de trabalho em equipe. Aprendermos a conviver, quer dizer tanto na direção da descoberta progressiva do outro e da interdependência quanto à participação em projetos comuns. Aprendermos a ser, contribuindo para o desenvolvimento total da pessoa: espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, capacidade para se comunicar e a espiritualidade. A pessoa aprenderá a elaborar pensamentos autônomos e críticos, formulando seus próprios juízos de valores, não negligenciando nenhuma de suas potencialidades individuais.

Como estimular a atitude de respeito mútuo? Como o conhecimento pode colaborar para melhoria das relações na escola? Que conteúdos dentro das diferentes áreas de conhecimento auxiliam os alunos a construir uma atitude de respeito? Como sensibilizar o aluno para agir solidariamente? Como fazer com que nosso aluno entenda melhor a sociedade global, a melhor forma de conviver e agir em sua comunidade e o seu trabalho?

A escola transmitirá conhecimento onde será desenvolvido respeito mútuo, justiça, solidariedade, diálogo e convívio com as diferenças, com ações que estimulem a aprendizagem, interesse, utilizando metodologias, estratégias e recursos pedagógicos, tecnológicos e humanos.

"A ética diz respeito à orientação da ação, fundada no princípio do respeito e da solidariedade, na direção da realização de um bem coletivo" (Rios, 2000).

#### 1.2 - Dimensão Política

"A dimensão política diz respeito à participação na construção coletiva da sociedade e ao exercício de direitos e deveres" (Rios, 2000).

A escola é um local privilegiado para construirmos e viabilizarmos o processo educacional, comprometido com uma educação de qualidade para todos, desenvolvendo conhecimento científico e consciência crítica. Todos serão tratados com respeito, num trabalho pedagógico interessante e prazeroso, dando mais a quem precisa mais; buscando um espaço de equidade e igualdade; articulado com a comunidade, Conselho de Escola presente, Grêmio Estudantil fortalecido, A.P.M. que decida como captar, gastar e conferir recursos financeiros.

A sociedade ocidental passa por profundas mudanças no começo do Século XXI, demarcando uma passagem para a sociedade do conhecimento. As transformações decorrentes do desenvolvimento tecnológico provocam alterações no modo de viver, na interação social, no trabalho, enfim em todos os aspectos da vida humana.

Com o advento da revolução tecnológica a sociedade torna-se adversa, com as seguintes características totalmente diferentes das do passado:

a) não existem verdades absolutas, tudo é provisório, gerando incertezas.





- b) ambiente instável: problemas enfrentados são imprevisíveis e soluções devem ser buscadas rapidamente.
- c) competitividade, disputa: vence o melhor, o mais preparado, o mais ágil, o mais criativo.
- d) o saber precisa estar atrelado ao fazer.
- e) as informações estão por todos os lados e são acessíveis a todos; a escola é apenas um dos locais onde se aprende, por isso ela precisa rever seu papel e funções.
- f) o trabalho em equipe é importante e deve ser aprendido e incentivado.
- g) a educação é um trabalho cada vez mais complexo que envolve toda sociedade, por isso é impossível imaginar a escola atuando sozinha, isolada.

Essas mudanças devem considerar os diferentes tipos de demandas e expectativas colocadas para a educação: de um lado, atender às modernas exigências econômicas e sociais decorrentes da expansão do mercado e da globalização; de outro possibilitar a reconstrução de culturas nacionais e locais, preparando os jovens para uma participação efetiva socialmente.

A educação será orientada para a formação de pessoas capazes de definir as próprias necessidades de aprendizagem e conhecimento, assumindo como ponto de partida as concepções psicopedagógicas provenientes do socioconstrutivismo e requerendo uma base organizacional totalmente oposta àquela definida pelo modelo burocrático do qual nos originamos.

Visando autonomia intelectual e pessoal, será desenvolvido um trabalho em equipe, para atenuar as diferenças sociais e culturais, levando-se em consideração a diversidade, religiosa, política e socioeconômica dos alunos.

#### 1.3 - Dimensão do Conhecimento

Segundo Claudia Davis, o sucesso de uma escola é medido pelo desempenho de seus alunos. Se os alunos, cada um no seu ritmo conseguem aprender continuamente, sem retrocessos, a escola é sábia e respeitosa.

As teorias sobre a relação entre desenvolvimento e aprendizagem divergem entre si. Os behavioristas acreditam apenas na aprendizagem, argumentando que, ao aprendermos, também nos desenvolvemos. Os interacionistas acreditam tanto em fatores internos do desenvolvimento como nos fatores externos. Os sociointeracionistas defendem que nos tornemos sujeitos humanos apenas na interação com outros seres humanos. Além de conferir forte peso ao papel do social, eles defendem a existência de uma íntima relação entre desenvolvimento e aprendizagem e invertem a direção indicada pelos piagetianos: a aprendizagem promove o desenvolvimento.

Todas essas abordagens tiveram repercussões sobre o processo de ensino/aprendizagem. A mudança na forma de compreender o papel do aluno implicou numa revolução na forma de conceber o ensino, alterando a postura do professor e da equipe gestora.





Antes, se ao professor cabia apenas transmitir o conhecimento de forma pronta e acabada para seus alunos, agora se espera que ele seja o mediador entre os alunos e o conhecimento a ser conquistado, facilitando sua aprendizagem. Aprender deixou de ser encarado como um processo mecânico e repetitivo para ser entendido como um processo ativo, que requer a (re) construção, tanto de novos conhecimentos como de formas de pensar e tomar decisões.

"O bom ensino é, portanto, o que incentiva o aparecimento de novas formas de pensar, sentir e perceber o real, permitindo o acesso a novos níveis de aprendizagem" (Claudia Davis).

O principal papel do professor é orientar e guiar as atividades dos alunos, fazendo com que aprendam, progressivamente, o que significam e representam os conteúdos escolares. Cabe-lhe, pois, articular o conhecimento dos alunos com o conhecimento culturalmente organizado, de modo que a próxima geração, conhecendo as conquistas das gerações anteriores, possa dar continuidade ao processo de construir novos saberes.

A sala de aula é o espaço no qual, professores e alunos se encontram e interagem em torno do conhecimento. Essa interação, que constitui a dinâmica da sala de aula, é em grande parte decorrente da forma como o professor vê o processo de ensino-aprendizagem.

No passado tinha-se a ideia de alunos como pessoas fáceis de serem moldadas e dirigidas, hoje essa ideia foi substituída, pois eles selecionam determinados aspectos do meio físico e social, os assimilam e processam conferindo-lhes significados, com isso o professor eficiente é aquele que, quando interage com seus alunos, segue um roteiro cujos principais pontos são:

- a) promover junto aos alunos, através de um contrato didático, a rotina diária e as regras de conduta a serem seguidas por todos. Conhecer os alunos: suas competências, seus conhecimentos e habilidades, bem como suas referências socioculturais e seus interesses.
- b) preparar a aula, articulando o que os alunos conhecem e os conteúdos que precisam ser aprendidos, de forma contextualizada;
- c) introduzir um conteúdo novo fazendo perguntas, problematizando situações, verificando quais são as hipóteses dos alunos sobre o assunto;
- d) empregar tarefas diversificadas, compatíveis com o nível de dificuldade dos alunos e adequadas às suas necessidades;
- e) oferecer material de consulta variado e relevante:
- f) criar condições para os alunos sistematizarem os conteúdos aprendidos, usando estratégias de fixação e, em especial, de aplicação dos novos conceitos;
- g) incentivar o pensamento independente, encorajando sua autonomia;
- h) criar possibilidades efetivas de obtenção de ajuda para todos;.
- i) avaliar sistematicamente a aprendizagem e fazer dos erros cometidos oportunidades de aprendizagem, propiciando ocasiões para recuperação e reforço;





j) retomar os conteúdos aprendidos antes de introduzir ou dar sequência a novos conhecimentos.

A construção do conhecimento é um processo coletivo, que envolve alunos, professores e conteúdos de aprendizagem. O alunos serão ajudados a se apropriar dos conteúdos escolares, os professores farão quantas intervenções forem necessárias dependendo do nível de dificuldades que os alunos apresentam. Quanto maiores forem as dificuldades, maiores deverão ser a ajuda; menores dificuldades, menores ajudas, até que esta se torne dispensável, pois o aluno aprendeu.

Alguns princípios podem ser considerados centrais no processo de ensino aprendizagem de toda e qualquer criança ou jovem, de forma que, serão seguidos, todas as possibilidades de aprendizagem onde a história particular do aluno deverá será considerada neste processo de ensino/aprendizagem, considerando-se as diferenças, dando mais a quem precisa mais, fazendo da escola um espaço de equidade, ou seja, de maior igualdade.

O autoconceito do aluno influi em sua capacidade de aprender. É importante sabermos que cada um de nós, com base nas interações que mantemos com os outros, em especial com aqueles que nos são mais significativos, vamos conhecendo suas possibilidades e seus limites.

A aprendizagem será significativa, isto é, relevante para a vida do aluno e articulada com seus conhecimentos anteriores. Os professores irão programar atividades e criar situações adequadas, que permitam articular os vários conceitos de uma disciplina com os conhecimentos prévios do aluno. Para o ensino se tornar efetivo, é preciso que ele seja motivador — e ele — é motivador quando tem significado para o aluno. Elogios serão feitos, pois são uma arma poderosa para promover a aprendizagem dos alunos...

"Aprender a aprender" é fundamental para que o aluno conquiste autonomia para continuar aprendendo. É preciso que participe do processo de aprendizagem, adquira consciência do que sabe e perceba que é capaz de aprender, preparando-se para continuar aprendendo. Com isto a aprendizagem será mais sólida quando reconhecerem os erros cometidos. Os erros serão analisados pelos professores, ajudando na criação de estratégias de ensino mais adequadas. Serão observados no acompanhamento em sala de aula e discutido durante as ATPCs, reuniões pedagógicas, replanejamento e capacitações; promovendo assim uma aprendizagem mais efetiva.

### 1.4 - Dimensão Didático-Pedagógica

Diz respeito ao trabalho da escola como um todo, <u>sua finalidade primeira</u> e todas as atividades desenvolvidas, tanto dentro quanto fora da sala de aula, <u>inclusive à forma de gestão</u>, à <u>abordagem curricular e à relação escola-comunidade</u>. Seguem os artigos da Lei de Diretrizes e Bases, que regem a educação básica:





- Art. 22- A educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.
- Art. 23- A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.
- Art. 24- A educação básica, no nível fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:
- I a carga horária mínima anual será de 800 horas, distribuídas por um mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- II a classificação em qualquer série ou etapa, exceto a primeira do ensino fundamental, pode ser feita:
- a) por promoção, para alunos que cursaram, com aproveitamento, a série ou fase anterior, na própria escola.
- b) por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas.
- c) independentemente de escolarização anterior, mediante avaliação feita pela escola, que defina o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permita sua inscrição na série ou etapa adequada, conforme regulamentação do respectivo sistema de ensino.
- III nos estabelecimentos que adotam a progressão regular por série, o regimento escolar pode admitir formas de progressão parcial, desde que preservada a sequência do currículo, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
- IV poderão organizar-se classes, ou turmas, com alunos de séries distintas, com níveis equivalentes de adiantamento na matéria, para o ensino de línguas estrangeiras, artes, ou outros componentes curriculares.
  - V a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:
- a) a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
- b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar.
- c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, mediante verificação do aprendizado, de aproveitamento de estudos, concluídos com êxito.
- d) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.
- VI o controle de freqüência fica a cargo da escola, conforme a disposta no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino, exigida a freqüência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.





VII - cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série, diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Art. 25. Será objetivo permanente das autoridades responsáveis, alcançarem pela ação adequada, entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.

Parágrafo único: Cabe ao respectivo sistema de ensino à vista das condições disponíveis e das características regionais e locais, estabelecerem parâmetro para atendimento do disposto neste artigo.

- Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.
- § 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.
- § 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.
- § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:
  - I que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
  - II maior de trinta anos de idade:
  - III que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
    - IV amparado pelo
    - V (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)
    - VI que tenha prole.
- Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.
- § 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.
- § 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de arte e de literatura e história do Brasil.
- Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:





- I a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;
- II consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;
  - III orientação para o trabalho;
- IV promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.
- Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
- I conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
  - III adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

## 1.4.1 - Ensino Fundamental

O grande desafio da educação brasileira hoje é garantir uma escola de qualidade e trajetórias escolares bem sucedidas para todos. O ensino fundamental deve, em sua prática curricular, sedimentar as aquisições básicas para a cidadania, oferecer ferramentas para a apropriação crítica de conhecimentos, para uma relação competente com as tecnologias da informação e para a consolidação de valores e atitudes básicas" (Indicação CEE nº. 08/01).

De acordo com a Lei 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

- Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:
- I o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- II a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;
- IV o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.





- § 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em ciclos.
- § 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.
- § 3º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.
- § 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais.
- § 5º O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado.
- § 6º O estudo sobre os símbolos nacionais será incluído como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.
- Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.
- § 1º Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão dos professores.
- § 2º Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.
- Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.
- § 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.
- § 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino.

## 1.4.2 - ENSINO MÉDIO

Base Nacional do Núcleo Comum e da Parte Diversificada

Núcleo Comum: Língua Portuguesa e Literatura, Matemática, Geografia, História, Física,

Química, Biologia, Arte, Educação Física.

Parte Diversificada: LEM, Filosofia e Sociologia.

Sobre a organização curricular do Ensino Médio a LDBEN 9394/96 cita:





- Art. 35. O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:
- I a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico:
- IV a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- Art. 36. O currículo do ensino médio observará o disposto na Seção I deste Capítulo e as seguintes diretrizes:
- I destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania;
- II adotará metodologias de ensino e de avaliação que estimulem a iniciativa dos estudantes;
- III será incluída uma língua estrangeira moderna, como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.
- IV serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio.
- § 1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizados de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:
  - I domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna;
    - II conhecimento das formas contemporâneas de linguagem;
  - § 3º Os cursos do ensino médio terão equivalência legal e habilitarão ao prosseguimento de estudos.

## Da Educação Especial

"A educação tem hoje grandes desafios para proporcionar. Esta meta estende-se a todas as modalidades do sistema de ensino, incluindo a educação especial, voltada para alunos que apresentam necessidades especiais, ou seja, pessoas





que apresentam significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais decorrentes de fatores inatos ou adquiridos, de caráter temporário ou permanente e que, em interação dinâmica com fatores sócio-ambientais, resultam em necessidades muito diferenciadas da maioria das pessoas". (Indicação CEE nº. 12/99)

- Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.
- § 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.
- § 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.
- § 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.
- Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
- I currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;
- IV educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;
- V acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.
- Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)





## 2 - PRINCÍPIOS DO PROJETO PEDAGÓGICO

## 2.1 - RELAÇÃO ENTRE A ESCOLA E A COMUNIDADE

A realização do acolhimento e da socialização dos alunos pressupõe o enraizamento da escola na comunidade. A interação entre equipe escolar, alunos, pais e outros agentes educativos possibilitarão a construção de projetos que visam a melhor e mais completa formação do aluno. A separação entre escola e comunidade ficará demarcada pelas atribuições e responsabilidades e não pela realização de um projeto comum.

A ampla gama de conhecimentos será construída no ambiente escolar e ganhará sentido quando houver interação contínua e permanente entre o saber e os demais saberes, entre o que o aluno aprende na escola e o que ele traz para a escola. O relacionamento contínuo e flexível com a comunidade favorecerá a compreensão dos fatores políticos, sociais, culturais e psicológicos que se expressam no ambiente escolar.

O relacionamento entre escola e comunidade será intensificado, havendo integração dos diversos espaços educacionais que existem na sociedade, tendo como objetivo criar ambientes culturais diversificados que contribuam para o conhecimento e para a aprendizagem do convívio social.

Não é possível pensarmos que a escola, hoje, possa realizar o seu trabalho satisfatoriamente sem abrir-se para a comunidade. A articulação com outras unidades, a troca de informações e experiências, a realização de encontros acadêmicos constituem parte da estratégia a serem utilizadas para ajudar a escola a crescer e os membros a se desenvolverem.

A relação escola - comunidade crescerá na medida em que conseguirmos envolver públicos cada vez mais diversos, como educadores ou como aprendizes. E, quanto mais ela crescer, mais se confundirão os papéis, pois ensinar é também uma forma de aprender. E vice-versa.

A mobilização do potencial educativo local será feita <u>através de um levantamento</u> <u>de tudo aquilo possamos contar</u>. Qual a vocação da comunidade? O que a comunidade oferece em matéria de cultura, indústria, comércio, serviços, artesanato? Que atividades profissionais os moradores da comunidade exercem? Quais competências ou habilidades podemos encontrar entre eles?

A tarefa será então transformar uma parte deste rico emaranhado de atividades e conhecimentos (uma pequena parte que seja) em ações educativas, trazendo pessoas, empresas e instituições para colaborar com a comunidade escolar.

Na construção de ambientes de participação e mobilização de pessoas, algumas estratégias serão fundamentais:





- Saber ouvir todas as opiniões.
- Estar atento às solicitações da comunidade.
- Ouvir com atenção o que os membros da comunidade têm a dizer.
- Delegar a responsabilidade ao máximo possível de pessoas.
- Mostrar a responsabilidade e a importância do papel de cada um para o bom andamento do processo.
- Garantir a palavra a todos.
- Criar ambientes físicos confortáveis para assembleias e reuniões.
- Estimular a comunidade a participar das assembleias responsabilizando-se por trazerem, pelo menos, mais uma pessoa para o próximo encontro.
- Tornar a escola um espaço de sociabilidade.
- Valorizar o trabalho participativo.
- Destacar a importância da integração entre as pessoas.
- Submeter o trabalho desenvolvido na escola às avaliações da comunidade e dos conselhos ou órgãos colegiados.
- Valorizar a presença de todos.
- Desenvolver projetos educativos voltados para a comunidade, ressaltando a importância da comunidade na identidade da unidade escolar, tornando o espaço escolar disponível para todos.

A escola é constituinte da sociedade em que esta inserida. Isso significa que não dá para pensá-la de forma independente da realidade social. As ações desenvolvidas na escola refletirão o momento histórico que a sociedade está vivendo. Assim, a escola será mais real, mais atuante, quanto maior for o número de sujeitos sociais, participando ativamente dos seus processos. Ela tem um papel importante na organização da sociedade, mas também se modifica em função da sociedade

### 2.2 - Gestão Democrática

Um dos desafios deste século: tornar realidade os múltiplos sentidos que a palavra democracia nos apresenta.

A democracia supõe a convivência e o diálogo entre pessoas que pensam diferentes e querem coisas distintas. O aprendizado democrático implica a capacidade de discutir, elaborar e aceitar regras coletivamente, assim como a superação de obstáculos e divergências, por meio do diálogo, para a construção de propósitos comuns.

Gestão democrática é um tipo de gestão político-pedagógica e administrativa orientada por processos de participação das comunidades local e escolar. O princípio de gestão democrática do ensino público, estabelecido na Constituição Brasileira, foi regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/96).

A escola observará os princípios relacionados na Constituição Federal: Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:





- I igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber:
- III pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
  - IV gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
  - VI gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
  - VII garantia de padrão de qualidade.
- VIII piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.

A gestão escolar, numa perspectiva democrática, tem características e exigências próprias. Será promovido o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas, exercendo funções que fortaleçam a presença e a atuação das pessoas envolvidas. O modo democrático de gestão abrange o exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados, ou seja, fortalecer procedimentos de participação das comunidades escolar e local no governo da escola, descentralizando os processos de decisão e dividindo responsabilidades.

A gestão democrática assegurará igualdade de condições de acesso e permanência, pluralismo de ideias, um alto padrão de qualidade nas escolas, incentivando a participação, respeitando as pessoas e suas opiniões, desenvolvendo um clima de confiança entre os vários segmentos das comunidades escolar e local; ajudando a desenvolver competências básicas necessárias à participação (saber ouvir, saber comunicar suas ideias), viabilizando procedimentos de gestão capazes de: propiciar o comprometimento dos envolvidos, decidindo e colocando em prática, de forma participativa, as ideias acordadas. Estabelecer procedimentos institucionais adequados à igualdade de participação de todos os seguimentos, das comunidades escolar e local, articulando interesses coletivos, de forma a melhorar o projeto pedagógico, a qualidade do ensino e o clima organizacional.

Estabelecer mecanismos de controle público das ações efetuadas, desenvolverá um processo de comunicação claro e aberto entre as comunidades escolar e local, assumindo responsabilidades, escolhendo e inventando novas formas de relações coletivas trazendo possibilidades de mudanças que atendam a interesses coletivos.

Essa gestão democrática produzirá também efeitos culturais importantes, ajudando a comunidade a reconhecer o patrimônio das instituições educativas – escolas: bibliotecas, equipamentos, como um bem público comum, percebendo que a manutenção e o desenvolvimento requerem algumas condições: recursos financeiros adequados, regulares e bens gerenciados; transparência administrativa e financeira com





o controle público de ações e decisões; processo participativo de tomada de decisões, programação, acompanhamento e avaliação.

Com a gestão democrática do ensino proporemos, uma maneira de atuar coletivamente, oferecendo aos membros das comunidades local e escolar oportunidades para: reconhecer que existe uma discrepância entre a situação real (o que é) e o que gostaríamos que fosse (o que pode vir a ser); identificar possíveis razões para essa discrepância; elaborar um plano de ação para minimizar ou solucionar esses problemas.

A discussão coletiva, a decisão de participar, a definição de metas e ações, o acompanhamento, a avaliação e a socialização dos resultados entre toda a comunidade serão passos importantes para definição de responsabilidades e competências. A participação de representantes dos diversos segmentos, das comunidades escolar e local, do conselho ou colegiado escolar é vital para esse acompanhamento. Esses representantes participarão de reuniões administrativas e pedagógicas, auxiliando a tomar decisões, desde a fase de planejamento até implementação e a avaliação.

A participação dos profissionais da educação será assegurada e incentivada na preparação do projeto pedagógico da escola, assim como as das comunidades escolar e local nos órgãos de decisão colegiada, para a elaboração de normas próprias de gestão, onde ocorrerá a participação de pais, alunos e professores (comunidade escolar), mas também com representantes das associações, do poder público e de outras entidades existentes em seu estado ou sua cidade (comunidade local).

Essa participação coletiva será orientada pelo atendimento aos interesses das comunidades envolvidas, descentralizando decisões e ações compartilhadas contribuindo para formação da cidadania. A escola enfrentará desafios e dificuldades como um processo conjunto, partilhado por professores, alunos, pais, funcionários e comunidade local, formando assim um colegiado.

As decisões colegiadas produzirão melhores efeitos se as atribuições forem claramente definidas, com responsabilidades e competências, sendo um importante passo para o desenvolvimento do trabalho em equipe. Serão organizadas instâncias de participação na escola com competências da equipe gestora, que incentivará ações baseadas no respeito ao outro e no reconhecimento dos direitos e deveres de cada um.

Ao tomarmos uma posição, decidirmos sobre um determinado assunto ou efetuarmos uma escolha em colegiado, podemos superar interesses pessoais ou de grupos e formular uma concepção comum mais abrangente.

A assembleia escolar é um importante instrumento para a formação de um sentimento coletivo quando o tema é de interesse geral. Ela congrega toda a comunidade escolar e, por vezes, o local. A assembleia será convocada pelo diretor ou pela comunidade escolar, em conformidade com o regimento da escola. Nesta assembleia escolar, pais, alunos, professores e funcionários praticarão de forma direta e democrática.

O regimento escolar estabeleça regras de funcionamento da assembleia, tais como: quem coordena os trabalhos; quem tem direito a voz e voto; quem implementará





as decisões; quem é o responsável pela elaboração da pauta de discussão; e quem a secretariará. A convocação será feita com antecedência, como também a publicação da pauta ou agenda de discussão, indicando dia, local e hora de início e término.

As decisões tomadas em assembleia geral serão registradas em livro próprio, por um membro designado pela própria assembleia ou por seu secretário, e devidamente assinados pelos participantes.

O colegiado ou conselho escolar terá por principal meta desenvolver ações compartilhadas, contando com a representação dos diversos segmentos das comunidades local e escolar. Este espaço de participação será um mecanismo fundamental para construção de uma escola democrática e de qualidade. Seu funcionamento observará os seguintes princípios:

- Representação dos diferentes segmentos que compõem as comunidades escolar e local, de acordo com o regimento da escola e as normas estabelecidas pelo sistema de ensino.
- Relação de intercâmbio permanente entre os representantes e os demais membros da comunidade escolar.

Dependendo das normas legais de cada sistema de ensino e do regimento escolar, o colegiado ou conselho escolar terá a função deliberativa (tomada de decisões da alçada da unidade escolar) e/ ou consultiva (avaliação, aconselhamento e indicação de alternativas) e executiva.

As reuniões do colegiado ou conselho escolar poderão ser ordinárias ou extraordinárias. As reuniões ordinárias serão estabelecidas no regimento da escola, com periodicidade regular. As reuniões extraordinárias realizar-se-ão sempre que necessária, ocorrendo normalmente, por convocação do presidente do órgão colegiado ou solicitação assinada por alguns de seus membros.

Essas atribuições serão realizadas pelos órgãos para: propor, analisar, aprovar o projeto pedagógico da escola acompanhando as diretrizes, as prioridades e as ações a serem desenvolvidas pelos diversos segmentos da escola, avaliando atividades desenvolvidas pelos diferentes setores da escola, acompanhando, propondo estratégias e mecanismos de avaliação da aprendizagem dos alunos. Implementar ações visando ao acesso e à permanência dos alunos na escola com a garantia de qualidade, discutindo e propondo projetos e programas de formação continuada aos servidores da escola. Receber, definir, fiscalizar a aplicação de recursos financeiros destinados à escola, estabelecendo critérios para a distribuição da merenda escolar, de material didático e outros destinados à comunidade escolar, examinando, dando parecer e encaminhando, a quem de direito, a prestação de contas apresentada pelos gestores da escola. sugerindo, apoiando medidas de conservação do imóvel da escola, suas instalações, seu mobiliário e seus equipamentos, elaborando seu próprio regimento e submetendo-o à aprovação em assembleia geral da escola.

Com um colegiado ou conselho escolar atuante haverá o desenvolvimento na escola de uma cultura democrática e participativa. Suas ações serão de participar na





elaboração e acompanhamento do projeto pedagógico da escola, até cuidar da transparência dos aspectos administrativos, financeiros e educacionais.

Os alunos serão envolvidos nos processos de tomada de decisão e implementação das ações na escola, resgatando a centralidade da participação destes segmentos na vida da escola.

O grêmio estudantil tem sido historicamente defendido como espaço de agregação de alunos da educação básica, tendo como objetivo defender direitos dos alunos e promover a participação estudantil na política, na arte e na vida cultural em geral. Uma de suas atribuições mais importantes é representar os alunos em órgãos colegiados das unidades escolares e no exercício da cidadania por jovens.

O grêmio escolar congrega estudantes e seus líderes, com características diferenciadas dos demais espaços de participação no interior da escola. Embora funcionem na unidade escolar, dispõem de prerrogativas próprias a serem regulamentadas no seu estatuto. O grêmio escolar terá como características expressar o movimento e reivindicações dos estudantes, promovendo atividades recreativas, políticas e culturais autônomas, de acordo com seu regimento e o da escola.

Um dos principais passos para a formação cidadã dos alunos é seu engajamento em movimentos estudantis. Nesse sentido, a escola discutirá com os estudantes a importância de sua inserção nos órgãos colegiados, respeitando suas decisões desde que não contrariem os objetivos e as normas das unidades escolares.

A escola manterá o diálogo como mola mestra das relações entre estudantes, equipe gestora, conselho escolar e associação de pais e mestres, deixando claro as suas responsabilidades e os seus direitos.

Os alunos serão envolvidos nas questões pedagógicas da escola, acatando e apoiando a realização de eventos estudantis.

A Associações de Pais e Mestres (APM) terá como finalidade colaborar com a qualidade educacional almejada pela comunidade escolar e local, com o encaminhamento de ações que integrem os anseios das famílias, a função, os objetivos e as metas da escola. Ela estabelecerá e dinamizará canais de participação da comunidade no planejamento, no processo de tomada de decisão, no desenvolvimento das atividades e nas ações da escola.

A razão de ser da escola é o atendimento às necessidades desses segmentos, com destaque para os alunos e o processo de sua formação e suas famílias. Uma APM atuante pode se constituir em um elemento importante na definição da identidade da escola e do papel a ser por ela desempenhado.

Mobilizar e envolver a comunidade na vida cotidiana da escola não é certamente uma tarefa muito fácil, o gestor exercerá a coordenação dessas atividades no interior da escola, assumindo as responsabilidades decorrentes de sua função. O gestor exercerá uma liderança democrática sem abrir mão de sua autoridade e responsabilidades, compartilhando os processos de decisão, estimulando a participação dos diversos segmentos na escola.





Essa gestão democrática baseada em vários mecanismos de participação, será instrumento de transformação das práticas escolares autoritária, visando à consolidação de uma nova cultura escolar, na qual a melhoria da qualidade e o sucesso escolar do aluno serão metas prioritárias.

# 2.3 - Democratização do Acesso e da Permanência com Sucesso do Aluno na Escola

A escola constitui-se em ajuda intencional, sistemática, planejada e continuada para todos os alunos, diferenciando-se de outras práticas educativas, tais como as que acontecem na família, no trabalho, no lazer e no convívio social de modo geral.

Ela criará oportunidades para o desenvolvimento de relações interpessoais, cognitivas, afetivas, éticas e estéticas pelo processo de construção e reconstrução de conhecimentos, onde os alunos desenvolverão suas capacidades, aprenderão conteúdos essenciais que lhes sirvam de instrumentos de compreensão da realidade, de participação em relações sociais, políticas e culturais diversificadas e cada vez mais amplas.

A consolidação da democratização, do acesso e da permanência com sucesso do aluno na escola perpassa por uma escola de qualidade, que necessariamente é aberta às diferenças e consequentemente, para todas as crianças. A equipe escolar planejará para que todos os alunos se sintam respeitados e reconhecidos nas suas diferenças, com um ensino de qualidade, que não exclui, desafiando as possibilidades de aprendizagem de todos os alunos, e as estratégias de trabalho pedagógico serão adequadas às habilidades e as necessidades de todos.

## 2.4 - Autonomia

A autonomia significa a capacidade da escola em decidir seu próprio destino, porém permanecendo integrada ao sistema educacional mais amplo da qual faz parte. Nesse sentido, ela não tem a soberania para se tornar independente de todas as outras esferas, nem para fazer ou alterar a própria lei que define as diretrizes e bases da educação como um todo.

Essa autonomia exerceremos como processo de construção coletiva cotidiana do projeto pedagógico. A participação de professores e outros representantes da comunidade na elaboração do projeto terão, como objetivos:

- Propor acões visando a identidade da escola.
- Acompanhar a realização das propostas elaboradas, avaliando sua execução e as condições necessárias ao seu desenvolvimento.
- Propor alternativas de solução para obstáculos e dificuldades encontrados no cotidiano escolar.





 Articular novos conhecimentos e conteúdos de ensino com experiências e vivências dos alunos.

A construção da autonomia escolar esta intimamente relacionada à democratização da cultura da organização escolar e à concretização de novas práticas no cotidiano. Serão realizadas ações voltadas para o exercício da autonomia, articuladas com as dimensões pedagógicas, educativas, administrativas, financeiras e jurídicas, tornando a equipe escolar mais responsável pelos acertos e erros das decisões tomadas. Todas as propostas de novas atividades de ensino, a introdução de novas concepções pedagógicas e a atualização contínua dos profissionais da educação, especialmente dos professores, pressupõem disponibilidade de recursos financeiros, didáticos, humanos e outros necessários a sua execução.

"Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público". (Art. 15. LDB)

## 2.5 - Qualidade de Ensino

O sucesso escolar depende não apenas das políticas e diretrizes externas, mas também do contexto interno, das características organizacionais da escola.

A cultura escolar possibilita a existência de determinadas características organizacionais que se manifestam na qualidade da proposta curricular da escola e no regimento, favorecendo, não garantindo, pois o sucesso depende da forma como as pessoas articulam essas características, a partir do seu comprometimento e da sua competência.

Algumas características favorecerão o sucesso na escola:

Autonomia garantindo espaços de participação e decisão da comunidade, com uma gestão democrática que promova estratégias de ação compartilhada, estimulando o compromisso individual e coletivo na realização de projetos.

Articulação curricular coordenando adequadamente os planos de estudo e as estratégias de ensino-aprendizagem com otimização do tempo, evitando possíveis desarticulações curriculares e pedagógicas.

Estabilidade profissional possibilitando desenvolver planos de ação, para diminuir a alta rotatividade de profissionais.

Capacitação para promover novas competências, por meio da formação em serviço, articulada ao projeto pedagógico.

Participação dos pais favorecendo o comprometimento destes em decisões que lhes dizem respeito, possibilitando assim reconhecimento público da escola, fortalecendo a identidade diante da comunidade interna e da externa, com apoio das autoridades, permitindo uma integração da escola com seu contexto, fortalecendo sua autonomia.





A avaliação institucional visará ao aperfeiçoamento da qualidade da educação, isto é, do ensino, da aprendizagem e da gestão institucional com a finalidade de transformar a escola em uma instituição comprometida com aprendizagem de todos e com a transformação da sociedade.

Somente avaliando é que temos condições de refletir sobre nossa prática e de impulsionar um processo criativo de autocrítica.

A construção de uma escola de qualidade, comprometida com o desenvolvimento de aprendizagens essenciais e de sua autonomia, implicará entre outras medidas que a equipe escolar tenha diferentes formas de registro e acompanhamento de aprendizagens dos alunos, inclusive com a garantia de mecanismo de autoavaliação;

Organização e usos de tarefas suplementares adequadas, para possibilitar variadas formas de trabalho escolar, onde o trabalho pedagógico em sala de aula, através de uma combinação de atividades comuns e diversificadas; modificará a dimensão das turmas, os critérios de composição das mesmas, a rigidez dos horários, dos programas e regulamentos, das formas de se trabalhar em grupo, aperfeiçoando os ambientes e materiais de aprendizagem;

Serão reformulados serviços de apoio aos alunos com dificuldades específicas de desenvolvimento e aprendizagem, que necessitam de dedicação e esforços especiais dos professores e oportunidades de interações com os colegas.

## 2.6 - Organização Curricular

Durante muito tempo a organização curricular foi concebida como uma ação voltada para modelar a consciência do aluno. A educação através da ação curricular servia como modo de reprodução das estruturas, normas e valores da sociedade. A educação reprodutora servia para reproduzir na escola a distribuição injusta de bens e serviços na sociedade.

A educação transformadora tem outra finalidade. Através da discussão de assuntos relevantes para a vida em sociedade, procura-se transmitir aos alunos conhecimentos que lhes permitam conhecer, criticar e transformar a realidade em que vivem.

A função da escola estará voltada para a realização plena do ser humano, alcançada pela convivência e pela ação concreta, qualificadas pelo conhecimento, desenvolvendo as aprendizagens: Aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser.

Nenhum currículo pode fixar-se por muito tempo. Deve haver um repensar constante sobre sua contemporaneidade, ou seja, sua atualidade e sua adequação ao que esta acontecendo no mundo real. Os alunos receberão conhecimentos que lhes sirvam para melhor entender a sociedade global e melhor conviver e agir em sua comunidade e no seu trabalho.





Os conteúdos não serão ensinados de forma isolada, serão contextualizados, permitindo a constituição de cidadãos solidários e autônomos, portanto um currículo voltado para transformação, onde há espaço para a diversidade étnica, cultural, de gênero, incluindo-se ainda as experiências dos professores e alunos que lhe dão vida.

## 2.7 - Valorização dos Profissionais da Educação

Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional.

Para o professor, a escola não é apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É também lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades.

A valorização dos professores obtém-se através da melhoria das condições de trabalho e de salário, assim como é igualmente importante sua qualificação, para que possam oferecer um ensino de qualidade, ou seja, um ensino mais relevante e significativo para os alunos. Para isso, mecanismos de formação continuada que correspondam às expectativas da sociedade em relação ao processo de aprendizagem, estabelecendo metas a curtos e longos prazos, com objetivos claros, que permitam avaliar inclusive os investimentos, serão proporcionados aos professores.

A formação continuada em serviço é uma necessidade, tempo para estudo, leitura e discussão entre professores nas ATPCs, dando condições para que possam ter acesso às informações mais atualizados na área de educação, de forma que os projetos educativos possam ser elaborados e reelaborados pela equipe escolar. Os professores devem ser profissionais capazes de conhecer os alunos, adequando o ensino à aprendizagem, elaborando atividades que possibilitem ação reflexiva do aluno.

A formação do professor não deve ser apenas pedagógica, mas também psicológica, a fim de que possa melhor compreender a natureza e o desenvolvimento do aluno.

É a partir da própria experiência pedagógica e não apenas dos livros que o professor pode chegar aos preceitos da educação. É no desenvolvimento de recursos de sua personalidade que o professor pode agir na sua prática educativa com autonomia, segurança e criatividade.

A reflexão é, na atualidade, o conceito mais utilizado por investigadores, formadores de professores e educadores, para se referir às novas tendências de projetos de formação. Os professores refletirão sobre sua prática, na expectativa de que a reflexão seja um instrumento de desenvolvimento do pensamento e da ação. Algumas atitudes são necessárias ao pensamento reflexivo, entre elas, a atitude de uma mente





aberta que obriga a escuta, o respeito às diferentes perspectivas e a disponibilidade para aceitar as alternativas existentes.

A formação profissional se constitui em uma experiência permanente e deve contribuir para o crescimento das pessoas em ambientes favoráveis, em que o conflito possa ser revertido para esse crescimento.

Para desenvolver sua prática os professores precisam também desenvolver-se como profissionais e como sujeitos críticos na realidade em que estão, isto é, precisam poder situar-se como educadores e como cidadãos, e, como tais participantes do processo de construção da cidadania, de reconhecimento de seus direitos e deveres, de valorização profissional.

Para o professor, a escola não será apenas lugar de reprodução de relações de trabalho alienadas e alienantes. É também lugar de possibilidade de construção de relações de autonomia, de criação e recriação de seu próprio trabalho, de reconhecimento de si, que possibilita redefinir sua relação com a instituição, com o Estado, com os alunos, suas famílias e comunidades.

## 2.7.1 - Corpo Docente

A escola tem sido vista tradicionalmente como a instituição social que tem a função primordial da transmissão, de forma sistemática do conhecimento acumulado pela humanidade. Essa transmissão tem sido feita pelo professor, que tem como objetivo cumprir um conteúdo programático elaborado a partir de um currículo preestabelecido. O papel da escola deve voltar-se também para o desenvolvimento pessoal do aluno e do professor. Ao transmitir o conhecimento, o professor desempenha a função de formador de valores morais e de modelo de identificação para seus alunos no processo ensino/aprendizagem.

O professor será o mediador entre o conhecimento e o aluno, o organizador da sala de aula, além de enfrentar o desafio de assumir as contradições buscando a construção do novo.

## **Objetivos Comuns da Ação dos Professores**

A "ação comum dos professores" quanto às atitudes a serem tomadas junto às classes, com certeza conferirá coerência ao trabalho cotidiano dos docentes, mais que necessária, para uma resposta adequada do aluno, levando-os à compreensão que todos os meios estão sendo utilizados para elevar o nível de sua aprendizagem. Aproveitar a experiência e o sucesso de determinados professores no trato com os alunos, será relevante para estimular aqueles que não encontram um caminho novo para relacionar-se com suas classes.

## A Metodologia, Avaliação e Recuperação do Aluno





A equipe escolar baseada nas propostas curriculares, nos Planos de Ensino, nos PCNs, vai elaborar estratégias para que os conteúdos ministrados atendam as características regionais, locais, da sociedade, da cultura, da economia, da clientela; bem como valorizar as vivências, histórias, experiências de cada um, enriquecendo a troca na descoberta de novos caminhos e implementação das disciplinas na sala de aula.

A avaliação será um processo contínuo, onde os professores buscarão diferentes alternativas para retomar conteúdos não assimilados e a recuperação ao longo dos bimestres (contínua) proporcionando condições favoráveis de aprendizagem. Será principalmente diagnóstica de dificuldades ou progressos, para estabelecer retomadas ou avanços de conteúdos, os registros finais de cada disciplina serão através de sínteses bimestrais, notas de 0 a 10,0.

## Processo de Integração Aluno/Escola

A participação da comunidade escolar no cotidiano da U.E., em atividades culturais, recreativas, no conselho escolar, cria um ambiente de trabalho positivo. Os alunos formarão grupos para pesquisas, trabalhos em equipes, onde haverá discussões sobre problemas individuais e coletivos, com exploração clara da aprendizagem, havendo cooperação eficaz entre colegas, com responsabilidade coletiva de cada membro da equipe.

## Critério para agrupamento de alunos

O agrupamento dos alunos far-se-á de maneira heterogênea porque confere riqueza ao grupo, onde os professores trabalharão as diferenças individuais, promovendo as trocas de experiências, explorando diferentes possibilidades de trabalho, tornando a aprendizagem mais produtiva.

## Apoio à frequência regular e aprendizagem

Os alunos serão ajudados a assumirem compromissos com suas aprendizagens, com discussões das atividades de cada dia, da semana, do ano, planejando e dividindo as responsabilidades. Diálogo frequente com pais, a fim de que a frequência seja diária e que as faltas devam ser justificadas por eles. O apoio e a presença constante de todos os envolvidos na escola serão voltados para este ponto.





## Acompanhamento do desempenho dos professores

O acompanhamento será feito pelos coordenadores e direção da escola através de execução, avaliação do Plano de Ensino: planos de ação, com acompanhamento de sala de aula, apoio e orientação; acompanhamento dos cadernos e avaliações dos alunos.

Conversas com os professores, formação continuada nas ATPCs e participação efetiva dos professores nas diferentes atividades da U.E.

## 2.7.2 - Corpo discente

Tendência: "A educação tem por missão, por um lado, transmitir conhecimentos sobre a diversidade da espécie humana e, por outro, levar as pessoas a tomar consciência das semelhanças e da interdependência entre todos os seres humanos do planeta. Desde tenra idade a escola deve, pois, aproveitar todas as ocasiões para esta dupla aprendizagem (...)

Passando à descoberta do outro, necessariamente, pela descoberta de si mesmo, e por dar à criança e ao adolescente uma visão ajustada do mundo, a educação, seja ela dada pela família, pela comunidade ou pela escola, deve antes de mais nada, ajudálos a descobrir a si mesmos. Só então poderão, verdadeiramente, pôr-se no lugar dos outros e compreender as suas reações" (Jacques Delors, 2000).

O corpo Discente da Escola é formado por todos os alunos regularmente matriculados na escola, sendo que serão proporcionados aos alunos respeito de todo pessoal da Escola e colegas, serão considerados, valorizados em sua individualidade e ideias religiosas. Serão orientados em suas dificuldades, ouvidos pelos órgãos de gestão, administração e professores em todos os assuntos que lhes digam respeito.

Serão informados sobre os instrumentos e processos utilizados na avaliação do seu trabalho, como utilizar as instalações e recursos a si destinados, respeitando as normas de funcionamento. A utilização de quaisquer outras instalações e/ou recursos carece de autorização da direção da escola.

A escola cobrará que tenham pontualidade; tratem com civilidade os servidores da Escola, bem como aos colegas; colaborarem na preservação do patrimônio escolar; atendam às convocações da Direção e dos Professores; compareçam às aulas devidamente uniformizados ou trajados adequadamente. Serão responsáveis pela indenização dos danos a que der causa, tanto para a Escola quanto para os servidores do estabelecimento e colegas.

Ter adequado comportamento social, concorrendo sempre, onde quer que se encontre, para a elevação de seu próprio conceito e o da Escola; colaborando na conservação do prédio, do mobiliário escolar e de todo o material de uso coletivo, concorrendo também para que se mantenha rigoroso asseio na Escola.





Obedecer às normas estabelecidas pelo Regimento Escolar e as determinações superiores; não portar material que represente perigo para a saúde, a segurança e a integridade física e moral sua e dos demais segmentos escolares.

Submeter-se à aprovação dos superiores, a realização de atividades de iniciativa pessoal ou de grupos no âmbito da escola, comportando-se de modo a fortalecer os direitos, deveres individuais e coletivos.

## Relação professor - aluno

O professor entenderá melhor o aluno, vendo suas necessidades de apoio acreditando nele e nas suas competências. Terá espaço para se colocar, ser ouvido e pensar por si mesmo, cabendo ao professor fazer com que os conflitos do aluno sejam superados de forma produtiva e crescente.

É importante que o adolescente encontre na autoridade do professor o limite da independência para que, com sua ajuda, possa encontrar as respostas para suas dúvidas. Esse limite integra a constituição do sujeito e encontra-se presente no momento de aquisição de conhecimentos.

"A relação professor-aluno é importante, sim, no processo de aprendizagem. De preferência, ela deve ser amistosa e afetuosa de ambas as partes. Porém, não pode, em hipótese alguma, ser confundida com igualdade. A relação pedagógica deve embasar-se numa hierarquia (não rígida, nem autoritária), em que deve estar bem definido para o aluno que o professor é a autoridade na relação. Mesmo que exerça essa autoridade de forma democrática e participativa, em última análise, o professor tem o direito e o dever de manter em classe as condições que permitam ocorrer à aprendizagem, seja seus alunos crianças ou adolescentes" (Zagury).

## 2.8 - AVALIAÇÃO

A avaliação será uma importante ferramenta a serviço da gestão e do planejamento escolar, na medida em que seus resultados permitam aprimorar o desempenho dos alunos, a gestão da sala de aula e a organização interna da escola, indicando-nos onde estão nossos tropeços e nossas qualidades, onde precisamos investir mais e onde podemos caminhar com segurança. Sem avaliação, não saberíamos se nossos objetivos estão sendo atingidos, se eles são realistas ou idealizados, se estamos cumprindo ou não nosso papel, levando todos, na escola, a aprender.

É a avaliação que nos apontam quais são os conteúdos nos quais nossos alunos estão enfrentando maiores dificuldades e que precisam receber mais atenção por parte dos professores. Ela também identifica as áreas que devem ser priorizadas na





capacitação dos serviços dos professores; que alunos devem ir para reforço e recuperação; que métodos e práticas pedagógicas precisam ser revistos. Sem avaliação, não podemos combater o ensino ineficiente, excludente, que privilegia uma minoria.

A avaliação constante, ou contínua, permitirá que um problema de aprendizagem seja prontamente percebido, de modo que possamos tomar rapidamente as providências necessárias para superá-lo. Às vezes, o problema está com o aluno que tem um ritmo diferente da classe e precisa de mais tempo para aprender. Às vezes está com o professor, que não conseguiu ainda encontrar a forma de melhor ensinar aquele aluno, porque cada um tem um jeito diferente de aprender. Avaliamos para qualificar a aprendizagem, identificar problemas, encontrar soluções, corrigir rumos e acertar o passo de todos e de cada um.

Usaremos avaliação somativa para avaliar ações já realizadas. Será útil para cobrar o conteúdo ensinado, fiscalizar, hierarquizar, medir e comparar, com base em indicadores objetivos, como por exemplo, prova objetiva, que permita dizer em que ponto estava o domínio do conhecimento do aluno naquele momento, em geral, oferecendo pouca ajuda para superar insuficiências, por isso não será o único instrumento para avaliar o desempenho dos alunos. Avaliação formativa para processo de aprendizagem, o crescimento e a formação dos alunos, com objetivo de corrigir e melhorar o processo de ensino e de aprendizagem, evitando o fracasso antes que este ocorra. Basearemos em relatórios de acompanhamento detalhado do desenvolvimento do aluno, em tomada de decisões e constantes revisões de estratégias de ação, podendo utilizar-se de provas objetivas e outros instrumentos que permitam acompanhar o desenvolvimento de cada aluno. Avaliação educacional concentrará no processo ensino aprendizagem e nos fatores que interferem em seu desenvolvimento. A avaliação institucional contempla e incorpora os resultados da avaliação educacional como um processo contínuo e sistemático, global, legítimo e competente, participativo sendo um processo integrado de autoavaliação (sujeitos internos: alunos, professores, e outros profissionais da educação, aberto ao exame de si próprios como formuladores, gestores e executores das atividades educacionais – portanto, os principais responsáveis pela escola) e de avaliação externa (sujeitos externos: mães/pais, entidades sociais e outros sujeitos diretamente envolvidos com a atividades da escola, seja na condição de patrocinadores, recebedores ou usuários, às vezes, parceiros das ações desenvolvidas e dos cidadãos formados pela escola).

Todo bom ensino começa e termina com avaliação. Aprender requer a construção de processos bem elaborados de avaliação, interferência docente precoce e sistemática, em especial junto aos alunos em posição mais frágil. Por esse motivo é que a LDB exige compromisso profissional com a prática docente, e político com a educação. Sem avaliação, ou com avaliações mal concebidas, não se monta uma estratégia de aprendizagem; e é justamente a falta dessa estratégia que leva à exclusão. O mais triste é que não existe exclusão sem inclusão. Sempre há o risco de que a delinquência, a





mendicância ou a rua incluam aqueles que a escola excluiu. Esta é a dura realidade: sem avaliação não se constrói uma boa escola, e sem uma boa escola não se constroem bons cidadãos.

A escola usará conjunto de informações obtidos com avaliações para subsidiar professores no desenvolvimento de ações para a superação de problemas de aprendizagem e na proposição de situações de ensino cada vez mais significativas para o aluno. Ao mesmo tempo, instrumentalizarão estudantes e pais para uma participação mais efetiva da gestão da escola, tendo em vista o seu aperfeiçoamento. Os dados colhidos, enfim, permitirão que a sociedade civil acompanhe e fiscalize os serviços educacionais oferecidos à população, bem como efetue novas demandas.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo - SEE/SP - vem avaliando sistematicamente a Educação Básica no Estado, por meio do Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo - Saresp.

O Saresp tem aferido anualmente o rendimento escolar de milhares de estudantes, colocando à disposição dos educadores e gestores do ensino, bem como das famílias e da sociedade civil, os resultados da avaliação e uma série de estudos estatísticos e pedagógicos.

O Saeb avalia estudantes de escolas urbanas e rurais, tanto da rede pública quanto da rede privada. O universo de participação é amostra, portanto, com resultados disponíveis em esfera nacional, regional e por unidade da Federação, para as séries e disciplinas avaliadas, sem detalhamento para municípios ou unidades de ensino. As informações do Saeb permitem que o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais definam ações voltadas à correção das distorções e debilidades identificadas nas redes de ensino. Além disso, realizar avaliações e divulgar seus resultados é uma forma de o poder público prestar contas de sua atuação a alunos, professores, pais e à sociedade em geral, proporcionando uma visão clara do processo de ensino e das condições em que ele é desenvolvido.

O Enem é um exame individual, de caráter voluntário, oferecido anualmente aos estudantes que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

Seu objetivo principal é possibilitar uma referência para autoavaliação, a partir das competências e habilidades que estruturam o Exame. O modelo de avaliação adotado pelo Enem foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que, mesmo tendo importância fundamental, não pode ser o único elemento de compreensão do mundo. O principal objetivo do Enem é avaliar o desempenho do aluno ao término da escolaridade básica, para aferir desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício pleno da cidadania. Desde a sua concepção, porém, o Exame foi pensado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior. Além disso, o Enem tem como meta possibilitar a participação em programas governamentais de acesso ao ensino superior, como o PROUNI, por exemplo, que utiliza os resultados do Exame





como pré-requisito para a distribuição de bolsas de ensino em instituições privadas de ensino superior.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A LDB evidencia a necessidade de desburocratizar a Educação, promovendo a descentralização do sistema e imprimindo maior autonomia aos estados, municípios e às escolas. Essas medidas acabam por facilitar o alcance de alguns objetivos, como: promover a integração do aluno na rede cultural e tecnológica da atualidade, à medida que procura oferecer condições que potencializem as capacidades individuais e disponibilizem recursos para uma escola mais eficaz.

Visando a essa integração, a LDB dispõe sobre a responsabilidade da escola em promover amplas condições e oportunidades de aprendizagem, estabelecendo a possibilidade de avanço nos cursos e nas séries, escolas de tempo integral, capacitação de profissionais da educação, aceleração para alunos com atraso escolar, estudos de recuperação e maior autonomia das escolas de Ensino Básico. Ao mesmo tempo em que reforça a necessidade de propiciar a todos a formação básica comum, confere maior flexibilidade no trato dos componentes curriculares.

O exercício da cidadania exige o acesso de todos à totalidade dos recursos culturais relevantes para intervenção e participação responsável na vida social.

Para atender a esses objetivos, a escola procurou organizar uma proposta educacional que expressasse a busca da qualidade da formação a ser oferecida a todos os alunos, a necessidade de aprendizagem contínua do professor, possibilitando acompanhar a dinâmica do movimento científico e cultural em que está inserido, para que dele possa participar e nele interferir. Enfim, uma proposta, onde a escola incorpore a pluralidade das diferenças individuais, sociais, culturais, linguísticas, raciais, de gênero e tantas outras peculiaridades humanas; aberta ao desafio das mudanças e das descobertas, dialogando com um inesgotável repertório de comportamentos, demandas, posturas, hábitos e atitudes; estimulando a curiosidade, as expressões de talento e a criatividade. Para tanto, é preciso se abrir para o mundo à sua volta, participando dos movimentos sociais e do mosaico de experiências em constante mutação no dinâmico fluxo da vida contemporânea.





# Currículo Oficial do Estado de São Paulo





O Currículo do Estado de São Paulo tem como princípio central a escola que aprende; o currículo como espaço de cultura; as competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender e a contextualização no mundo do trabalho:

- ENSINO FUNDAMENTAL DIURNO: neste contexto a implantação do Currículo em nossa escola acontece de forma normal respeitando a diversidade de nossos alunos, provenientes de vários bairros da periferia.
- ENSINO MÉDIO DIURNO: o acompanhamento acontece da mesma forma, diferenciando na preparação para o mundo do trabalho e na continuidade de estudos posteriores, seja no nível técnico ou universitário.
- ENSINO MÉDIO NOTURNO: com a mesma qualidade, de forma adequada ao aluno trabalhador, o ensino noturno, necessita de um acompanhamento rigoroso para evitar a evasão escolar, procurando-se uma metodologia coerente com a realidade que presenciamos, além de respeitar as diferentes escolhas dos alunos com continuidade de estudos posteriores, seja no nível técnico ou universitário.

Utilizamos as ATPCs para discussão e aprimoramento do Currículo e sua efetiva aplicação no contexto de sala de aula. O maior problema que enfrentamos é a falta de professores habilitados para suprir ausência dos professores efetivos, que se afastam por motivos diversos e espaço físico para aulas diferenciadas. Quando necessário, os TEMAS TRANSVERSAIS são discutidos em sala de aula conforme observação dos professores no decorrer da aprendizagem. O acompanhamento é feito pelos gestores através de tabelas, gráficos, relatórios e acompanhamento em sala de aula.

É usado para desenvolvimento da aprendizagem em sala de aula o material da SEESP, o livro didático como complemento das aulas, as multimídias, DVDs e consulta a sítios, através do uso da sala ACESSA ESCOLA.

A aprendizagem é avaliada diariamente através da tipologia dos conteúdos, dentro de cada disciplina e do conteúdo abordado pelo currículo oficial.

 Conteúdo Conceitual – o que é preciso saber: visa desenvolver as competências do educando nas suas relações com símbolos, expressões, ideias, imagens, representações e nexos, com os quais ele aprende e ressignifica o real.

As competências do aluno materializam-se através do trato reflexivo de conteúdos específicos de ensino, em situações problematizadora e desafiadora pelo grupo.

A elaboração de conceitos permite ao aluno vivenciar o conhecimento, sistematizar generalizações, buscar regularidades, ressignificando e relacionando a dimensão conceitual do conteúdo numa perspectiva científica, criativa e produtiva.

• Conteúdo Procedimental – o que é preciso saber fazer: implica a realização de

ações e de exercícios de reflexão sobre a própria atividade e de aplicação em contextos diferenciados. Expressam um saber fazer que envolva tomar decisões e realizar uma série de ações, de forma ordenada e não aleatória, para atingir uma meta.





• Conteúdo Atitudinal – os que admitem ser: está presente no cotidiano escolar, envolvendo valores, atitudes, normas, postura que influem nas relações e interações da comunidade escolar numa perspectiva educacional responsável, valorativa.

Seguindo orientação da Resolução 93, de 08/12/2009, considerando o principio básico que fundamenta o processo de ensinar e aprender e o respeito à pluralidade dos ritmos e características dos alunos; o compromisso da escola de atender a essa pluralidade, proporcionando oportunidades diversificadas que assegurem efetivamente aos alunos condições favoráveis à superação das dificuldades encontradas em seu percurso escolar; a importância da diversidade de alternativas operacionais para o êxito dos estudos de recuperação oferecidos aos alunos, resolve que no Artigo 1º que os estudos de recuperação destinados aos alunos dos cursos regulares do Ciclo II do Ensino Fundamental e do Médio, das escolas da Rede Pública Estadual, visam a garantir de forma continua, paralela e ao final do ciclo, oportunidades de superação das dificuldades encontradas ao longo de seu processo de escolarização, a escola garante o plena aplicação dessa resolução mediante a intervenção direta dos professores junto aos alunos que apresentam diferentes dificuldades.





## Contexto sóciohistórico no qual se insere a unidade escolar

Os alunos são moradores de conjuntos habitacionais e bairros populares: Conjunto Euclides I e I, Solo Sagrado I e II, Bom Pastor, Parque Glória I, II, III, IV, V e VI, Nosso Teto, Residencial Pachá e Eldorado. Na maioria são proprietários de suas casas.

O poder aquisitivo é baixo. Pais que trabalham em firmas, comércio, em usinas, autônomos. As mães são empregadas domésticas, trabalham nas firmas de ventiladores, são diaristas, trabalham no comércio, autônomas. Alguns são desempregados e aposentados. Há um razoável número de alunos que mora com os avôs, pai/madrasta, mãe/padrasto, tios.

O contexto social a qual a escola está inserida também apresenta elevado índice de tráfico de entorpecentes o que dificulta o relacionamento da escola com a comunidade.

Apesar do trabalho desenvolvido pela escola, ainda continua difícil uma integração maior entre a comunidade e a escola. Uma das prioridades trabalhadas pelos professores é a autoestima e o inter-relacionamento dos alunos.

Temos muita dificuldade na presença dos pais. Alguns se interessam pela vida escolar de seus filhos, mas a grande maioria só comparece através de comunicados. A grande dificuldade é fazê-los entender a necessidade do estudo em casa, em sala de





aula. São poucos os que realmente acreditam que o estudo fará diferença no futuro de seus filhos. Muitos são matriculados por causa do auxílio recebido, controlam apenas a presença, não se importando com o conteúdo e a qualidade do ensino recebido.

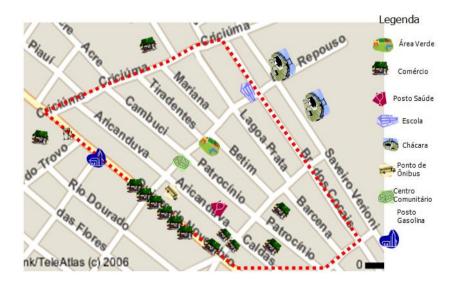
Nosso alunado, hoje, tem uma porcentagem maior que acredita que pode melhorar suas vidas através do estudo, da qualidade recebida, prestam vestibular, concursos públicos. Outros acham que é perda de tempo, o que vão fazer com o que aprendem na escola, isto causa alto índice de indisciplina, dizem que estudar para quê? Não conseguem enxergar perspectivas diferentes para suas vidas.

Nota-se que há necessidade constante de conscientização quanto à importância de suas normas, zelo, respeito, entre eles e o patrimônio público.

A escola por situar-se num bairro de periferia, centralizada entre casas residenciais, chácaras e uma área verde, transformada num espaço esportivo, conta com pouco apoio do comércio e da comunidade local, sendo este um dos desafios que continua sendo proposto, para que haja maior participação dos mesmos.

Segue mapa do entorno escolar e de alguns dados do comércio local.

### CARACTERÍSTICAS DO ENTORNO







Os professores afirmam estar desenvolvendo seu papel de educador, formando alunos críticos, conscientes e participativos na sociedade, dando acesso e subsídio para sua formação acadêmica, mediante o trabalho individual, inter e transdisciplinarmente em sala de aula, além do uso de recursos de mídia e multimídia, atendendo às orientações do currículo oficial do Estado de São Paulo, bem como em consonância com a equipe de apoio técnico-administrativo.

A equipe de apoio técnico-administrativo acredita que tem um papel fundamental a desempenhar na construção da cidadania, na medida em que trabalham em equipe, compartilhando com os professores as decisões de pedagógicas para o desenvolvimento pleno dos conteúdos, valores, crenças, atitudes e possibilita o acesso ao conhecimento sistematizado, historicamente produzido, de forma que o aluno se aproprie dos significados dos conteúdos, ultrapassando o senso comum de maneira crítica e criativa.

A expectativa dos diferentes atores escolares em relação ao processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais é estar atenta para as diferenças intelectuais e culturais de cada um para que ele desenvolva suas habilidades e competências, trabalhando com a formação de hábitos e atitudes, calcada nos valores da solidariedade, da justiça e do respeito ao outro, em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando suas especificidades.





### Concepção de ensino-aprendizagem (processos de ensino e aprendizagem, avaliação da aprendizagem e avaliação dos resultados)





Para ser um bom professor não basta ser um bom pesquisador, necessário se faz que seja um bom articulador de conhecimentos. Enfim, o professor deve ser um aliado na construção do indivíduo – aluno – e não, simplesmente, um transmissor de disciplinas e sim apto às contínuas mudanças de nosso dia a dia.

Sendo assim, as principais concepções dos professores sobre ensinoaprendizagem pauta-se na ideia existente de que toda experiência vivida pelo aluno dentro e fora do universo escolar deve ser levada em consideração e utilizada para o seu aprimoramento enquanto pessoa inserida num universo maior que o da escola, ou seja, a sociedade a qual o mesmo faz parte. Dessa forma, cabe ao professor saber lidar com as experiências exteriores dos alunos e adaptá-las aos conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo de sua evolução.

Partindo desse pressuposto, a avaliação da aprendizagem não se realiza simplesmente em momentos de reflexão, apenas com provas escritas ou algo semelhante, mas sim na análise do trabalho docente em relação aos objetivos almejados e alcançados, tanto pelos professores, como pelos alunos envolvidos no processo ensino-aprendizagem.

Com essa concepção de ensino-aprendizagem o resultado da avaliação torna-se o referencial para ações e intervenções necessárias a fim de sanar as defasagens encontradas, possibilitando que o aluno atinja as competências e habilidades necessárias à ascensão nas diferentes esferas da sociedade.

Análise pedagógica que a escola fez e fará dos resultados do IDESP para subsidiar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem:

Após resultado do SARESP 2014, onde não atingiu o índice estabelecido pela SEE, os gestores e docentes, em reuniões de ATPCs, fizeram análise pedagógica destes resultados e decidiram traçar as seguintes metas e ações para melhorar o índice de avaliação interna e externa.

### Metas:

- Docentes e discentes acreditarem em seu potencial;
- Capacitação de autoestima;
- Escola participativa e dinâmica;
- Pais presentes;
- Qualidade de ensino;
- Cumprimento das normas e regras estabelecidas no início do ano.
- Uso dos recursos tecnológicos existentes na escola;





- Diversidade cultural;
- Elevar o índice do IDESP;
- Melhorar a avaliação interna;
- Uso da sala de leitura.

### Ações:

- Explorar questões semelhantes às avaliações externas (banca de questões);
- Palestras educativas resgatando valores e proporcionando a integração entre escola e comunidade;
- Excursões pedagógicas;
- Incentivo à leitura, através do Projeto Centopeia e Quebra-Cabeça; escrita; oralidade e produção textual com todos os alunos de forma prazerosa e dinâmica.

"Avaliar o aluno deixa de significar um julgamento sobre a aprendizagem do aluno, para servir como momento capaz de revelar o que o aluno já sabe, os caminhos que percorreu para alcançar o conhecimento demonstrado, seu processo de construção de conhecimentos, o que o aluno não sabe, o que pode vir a saber, o que é potencialmente revelado em seu processo, suas possibilidades de avanço e suas necessidades para que a superação, sempre transitória, do não saber, possa ocorrer." (Esteban, 1997, p.53)

Entendendo que a avaliação da aprendizagem é formativa, processual e cumulativa, e que a mesma envolve uma relação de extrema confiança e cumplicidade entre professores e alunos, exigindo por parte dos professores a capacidade em fazer todas as articulações e pontes possíveis entre os envolvidos, a escola tem realizado, nas ATPCs, estudos e análises de textos de grandes teóricos da educação, para que todos percebam que avaliar é a possibilidade de acompanhar passo a passo a aprendizagem dos alunos que permite ajudá-los no seu percurso escolar cotidiano, além de desenvolver nos mesmos a concepção de vivência com o diferente, interiorização e direitos humanos.

Ações são desenvolvidas para integrar os indicadores externos de avaliação (SARESP, IDESP, IDEB, PISA) às decisões e às práticas de ensino-aprendizagem da unidade escolar com o uso do material (apostila) fornecido pela SEESP, livro didático do PNLD como complemento de estudo, troca de experiências articuladas nas ATPCs e provas escritas no formato das avaliações externas, para garantir o sucesso dos alunos ao longo de sua aprendizagem como um todo.

A aprendizagem de alunos portadores de necessidades educacionais especiais (com deficiência) e a inclusão é feita através de dados do prontuário do aluno, conversa com pais e diagnóstico do professor em sala de aula. Os gestores procuram ajuda com os PCNPs da diretoria de ensino e atualmente faz encaminhamento para profissionais especiais, através do centro de saúde.





A equipe gestora nas concepções de ensino-aprendizagem que permeiam a comunidade escolar, a concepção do Currículo Oficial e a avaliação dos resultados trabalha com a formação de hábitos e atitudes, calcada nos valores da solidariedade, da justiça e do respeito ao outro, em todos os níveis e modalidades de ensino, respeitando suas especificidades.





### **PLANOS DE** TRABALHO DOS **DIFERENTES NÚCLEOS QUE COMPÕEM A ORGANIZAÇÃO TÉCNICO -ADMINISTRATIVO DA ESCOLA**





### 1 - ORGANIZAÇÃO TÉCNICO - ADMINISTRATIVA

A função da escola na nossa sociedade será de formar um cidadão participante, ativo, consciente do social, um ser humanizado, capaz de conviver com a diversidade, desenvolvendo habilidades cognitivas para pesquisa, escolha, seleção de informações, criatividade, participação e atitudes. A escola oferece ambientes de aprendizagem e oportunidades de vivência, colocando a aprendizagem como eixo, porque elas para que todos os alunos aprendam, garantir tempo para que todos os alunos possam aprender.

Há espaço aberto para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados por professores, administradores, funcionários e alunos, pois são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania.

O gestor procurará ter as seguintes características do novo gestor escolar segundo Libaneo (2001):

- Capacidade de trabalhar em equipe;
- Capacidade de gerenciar um ambiente cada vez mais complexo;
- Criação de novas significações em um ambiente instável;
- Capacidade de abstração;
- Visão de longo prazo;
- Capacidade de comunicação (saber expressar-se e saber escutar);
- Improvisação (criatividade);
- Visão pluralista das situações;
- Disposição para cristalizar suas intenções (honestidade e credibilidade);
- Conscientização das oportunidades e limitações.

Dentro dessas funções cada membro tem um papel a desempenhar:

### DIRETOR DE ESCOLA

Na estrutura organizacional da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEE-SP), o Diretor de Escola é o profissional que se ocupa da direção, administração, supervisão e coordenação da educação na escola. Sua principal função é gerenciar todo processo educativo da escola.

### Atribuições Gerais

Compete ao Diretor, em parceria com o Supervisor de Ensino e, em sua esfera de competência, garantir, a concretização da função social da escola, liderando o processo de construção de identidade de sua instituição, por meio de uma eficiente gestão, nas seguintes dimensões:

de resultados educacionais do ensino e da aprendizagem;





- participativa;
- pedagógica;
- dos recursos humanos:
- dos recursos físicos e financeiros.

### Atribuições Específicas da Área de Atuação do Diretor de Escola

### Na Área de Resultados Educacionais

- Desenvolver processos e práticas de gestão para melhoria de desempenho da escola quanto à aprendizagem de todos os alunos;
- acompanhar indicadores de resultados: de aproveitamento, de frequência e de desempenho das avaliações interna e externa dos alunos;
- analisar os indicadores e utilizá-los para tomada de decisões que levem à melhoria contínua da Proposta Pedagógica, à definição de prioridades e ao estabelecimento de metas articuladas à política educacional da SEE-SP;
- apresentar e analisar os indicadores junto à equipe docente e gestora da escola, buscando construir visão coletiva sobre o resultado do trabalho e a projeção de melhorias:
- propor alternativas metodológicas de atendimento à diversidade de necessidades e de interesses dos alunos;
- divulgar, junto à comunidade intra e extra-escolas, as ações demandadas a partir dos indicadores e os resultados de sua implementação.

### Na Área de Planejamento e Gestão Democrática

- Desenvolver processos e práticas adequados ao princípio de gestão democrática do ensino público, aplicando os princípios de liderança, mediação e gestão de conflitos;
- desenvolver ações de planejamento, construção e avaliação da Proposta
- Pedagógica e ações da escola, de forma participativa, com o envolvimento dos diferentes segmentos intra e extraescolares;
- garantir a atuação e o funcionamento dos órgãos colegiados Conselho de Escola, Associação de Pais e Mestres, Grêmio Estudantil –, induzindo a atuação de seus componentes, e incentivando a criação e a participação de outros;
- estimular o estabelecimento de parcerias com vistas à otimização de recursos disponíveis na comunidade;
- exercer práticas comunicativas junto às comunidades intra e extraescolares, por meio de diferentes instrumentos.





### Na Área Pedagógica

- Liderar e assegurar a implementação do Currículo, acompanhando o efetivo desenvolvimento do mesmo nos diferentes níveis, etapas, modalidades, áreas e disciplinas de ensino;
- promover o atendimento às diferentes necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos:
- realizar práticas e ações pedagógicas inclusivas;
- monitorar a aprendizagem dos alunos, estimulando a adoção de práticas inovadoras e diferenciadas:
- mobilizar os Conselhos de Classe/Série como corresponsáveis pelo desempenho escolar dos alunos:
- otimizar os espaços de trabalho coletivo HTPCs para enriquecimento da prática docente e desenvolvimento de ações de formação continuada;
- organizar, selecionar e disponibilizar recursos e materiais de apoio didático e tecnológico;
- acompanhar, orientar e dar sustentação ao trabalho de Professores e Professores
   Coordenadores

### Na Área de Gestão de Pessoas

- Desenvolver processos e práticas de gestão do coletivo escolar, visando o envolvimento e o compromisso das pessoas com o trabalho educacional;
- Desenvolver ações para aproximar e integrar os componentes dos diversos segmentos da comunidade escolar para a construção de uma unidade de propósitos e ações que consolidem a identidade da escola no cumprimento de seu papel;
- reconhecer, valorizar e apoiar ações de projetos bem sucedidos que promovam o desenvolvimento profissional;
- otimizar o tempo e os espaços coletivos disponíveis na escola;
- promover um clima organizacional que favoreça um relacionamento interpessoal e uma convivência social solidária e responsável sem perder de vista a função social da escola;
- construir coletivamente e na observância de diretrizes legais vigentes as normas de gestão e de convivência para todos os segmentos da comunidade escolar.

### Na Área de Gestão de Serviços e Recursos

- Promover a organização da documentação e dos registros escolares;
- garantir o uso apropriado de instalações, equipamentos e recursos disponíveis na escola;
- promover ações de manutenção, limpeza e preservação do patrimônio, dos equipamentos e materiais da escola;





- disponibilizar espaços da escola enquanto equipamento social para realização de ações da comunidade local;
- buscar alternativas para criação e obtenção de recursos, espaços e materiais complementares para fortalecimento da Proposta Pedagógica e ao aprendizado dos alunos:
- realizar ações participativas de planejamento e avaliação da aplicação de recursos financeiros da escola, considerados suas prioridades, os princípios éticos e a prestação de contas à comunidade.

### Competências e Habilidades necessárias ao Diretor de Escola

### Competências Gerais

- 1. Compreender como o contexto social, político e econômico influencia a definição e a implementação das políticas educacionais.
- 2. Dominar e utilizar metodologias de planejamento e tecnologias da informação como ferramentas para exercer as suas funções.
- 3. Compreender o papel do Diretor Escolar na organização da SEE-SP.
- 4. Analisar e identificar os principais componentes da Proposta Pedagógica da Escola.
- 5. Compreender os processos de implementação das políticas educacionais da SEE-SP e dos projetos a elas vinculados.
- 6. Compreender a visão contemporânea de gestão escolar vinculada a resultados.
- 7. Compreender os sistemas e processos de avaliações externas.
- 8. Demonstrar conhecimentos sobre princípios e métodos para exercer a direção da escola como elemento de apoio e difusor de inovações e boas práticas de ensino-aprendizagem.
- 9. Promover e definir ações para formação continuada dos agentes educacionais da escola.
- 10. Compreender a importância da autoavaliação e do gerenciamento do autodesenvolvimento profissional.

### Habilidades Específicas

- 1. Relacionar o perfil de competências a serem construídas pelos alunos às demandas da sociedade do conhecimento.
- Compreender o papel que as diferentes instâncias da governança educacional exercem na definição e implementação de políticas educacionais: (I) âmbito nacional e governo federal; (II) governos estaduais e municipais; (III) conselhos nacional, estaduais e municipais de educação.
- 3. Identificar e analisar princípios e normas nacionais, especialmente a LDB e as DCNs.
- 4. Identificar, analisar, explicar e justificar as políticas educacionais da SEE-SP, no contexto social e de desenvolvimento do Estado de São Paulo, em áreas como: (i)





gestão escolar; (ii) desenvolvimento curricular; (iii) avaliação externa do desempenho dos alunos.

- 5. Reconhecer as diretrizes pedagógicas e institucionais para implementar as políticas educacionais da SEE-SP, considerando a realidade do ensino público estadual paulista e da região na qual opera.
- 6. Identificar os elementos da organização do ensino, da legislação e normas que fornecem diretrizes para ações de melhoria do desempenho das escolas, seus profissionais e seus alunos.
- 7. Dominar procedimentos de observação, coleta e registro, organização e análise de dados educacionais bem como os usos de indicadores sociais e educacionais.
- 8. Compreender e explicar as relações entre as políticas educacionais e a proposta pedagógica da escola.
- 9. Reconhecer diferentes estratégias, ações e procedimentos adotados em nível regional e local na implementação das políticas educacionais da SEE-SP.
- 10. Identificar e definir ações variadas para enfrentar a indisciplina no processo educativo.
- 11. Identificar e definir ações variadas para fomentar a participação dos alunos e das famílias no processo educativo.
- 12. Compreender os fatores que determinam a violência entre jovens e adolescentes e identificar ações apropriadas para enfrentar a violência na escola.
- 13. Identificar métodos e técnicas de avaliação dos trabalhos das equipes da escola (professores, funcionários e pessoal administrativo).
- 14. Compreender e aplicar a legislação escolar e as normas administrativas em contextos adequados.
- 15. Demonstrar conhecimento das metodologias de gestão de conflitos.
- 16. Demonstrar capacidade de análise de propostas pedagógicas da escola.
- 17. Identificar o papel dos resultados do SARESP na construção do IDESP.
- 18. Identificar semelhanças e diferenças entre o IDESP e o IDEB.
- 19. Reconhecer as principais características dos sistemas de avaliação da Educação Básica, e compreender os conceitos básicos que fundamentam estas avaliações.
- 20. Conhecer os fundamentos conceituais e metodológicos do SARESP a partir de 2007





### Vice-Diretor de Escola:

- 1. Coadjuvar o Diretor no desempenho de todas as atribuições que lhe são próprias;
- 2. Acompanhar e controlar a execução das programações relativas às atividades de apoio administrativo e apoio técnico-pedagogico, mantendo o Diretor informado sobre o andamento das mesmas;
- 3.Controlar o recebimento e consumo de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar.
- 4. Coordenar as atividades relativas à manutenção e conservação do prédio escolar, mobiliário e equipamento da escola;
- 5. Participar da elaboração do Plano Escolar;
- 6.Responder pela Direção da Escola no horário que lhe é confiado;
- 7. Substituir o Diretor de Escola em suas ausências e impedimentos;

### Professor coordenador

- 1. Acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento da programação do currículo;
- 2. Assegurar o fluxo de informações entre as varias instancias do sistema de supervisão;
- 3. Assessorar a direção da escola na articulação das ações pedagógicas desenvolvidas pela unidade, incluindo as de todas as telessalas e as classes vinculadas;
- 4. Assessorar a direção da escola na relação escola / comunidade;
- 5. Assessorar a direção da escola, especificamente quanto a decisões relativas a:
  - a) Matriculas e transferências:
  - b) Agrupamento de alunos:
  - c) Organização de horário de aulas e do calendário escolar;
  - d) Utilização de recursos didáticos da escola;
- 6. Auxiliar a direção da escola na coordenação dos diferentes projetos, inclusive os de reforço da aprendizagem;
- 7. Avaliar os resultados do ensino no âmbito da escola:
- 8. Coordenar a programação e execução das atividades de recuperação de alunos;
- 9. Coordenar a programação e execução das reuniões dos Conselhos de Classe e Serie;
- 10. Elaborar a programação das atividades da sua área de atuação, assegurando a articulação com as demais programações do núcleo técnico-pedagogico;
- 11. Elaborar relatório de suas atividades e participar da elaboração do relatório anual da escola.
- 12. Executar, acompanhar e avaliar as ações previstas no projeto pedagógico da escola.
- 13. Interpretar a organização didática da escola para a comunidade;
- 14. Participar da elaboração do Plano Escolar, coordenando as atividades de planejamento quanto aos aspectos curriculares;





- 15. Potencializar e garantir o trabalho coletivo na escola, organizando e participando das Horas de Trabalho Pedagógico Coletivas (ATPCs);
- 16. Prestar assistência técnica aos professores, visando a assegurar a eficiência e a eficácia do desempenho dos mesmos para a melhoria dos padrões de ensino:
  - a) Propondo técnicas e procedimentos;
  - b) Selecionando e fornecendo materiais didáticos;
  - c) Estabelecendo a organização das atividades;
  - d) Propondo sistemática de avaliação;

Propor e coordenar atividades de aperfeiçoamento e atualização de professores; Subsidiar os professores no desenvolvimento de suas atividades docentes; Supervisionar as atividades realizadas pelos professores:

### **Professor Mediador**

Segundo RES.SE-21, de 20-01-2011, art. 7, as atribuições consistem em:

- I- adotar práticas de mediação de conflitos no ambiente escolar e apoiar o desenvolvimento de ações e programas de Justiça Restaurativa;
- II- orientar os pais dos alunos, ou responsáveis, sobre o papel da família no processo educativo;
- III- analisar os fatores de vulnerabilidade e de risco a que possam estar expostos os alunos:
- IV- orientar a família, ou responsáveis, quanto à procura de serviços de proteção social;
- V- identificar e sugerir atividades pedagógicas complementares, a serem realizadas pelos alunos fora do período letivo;

VI- orientar e apoiar os alunos na prática de seus estudos.(NR)

### Professor PEB - II

- 1. Compreender o processo de sociabilidade e de ensino e aprendizagem na escola e nas suas relações com o contexto no qual se inserem as instituições de ensino e atuar sobre ele.
- 2. Situar a escola pública no seu ambiente institucional e explicar as relações (hierarquias, articulações, obrigatoriedade, autonomia) que ela mantém com as diferentes instâncias da gestão pública, utilizando conceitos tais como:
- sistema de ensino; sistema de ensino estadual e municipal;





- âmbitos da gestão das políticas educacionais nacional, estadual e municipal, MEC, Secretarias Estaduais e Municipais, Conselho Nacional de Educação, Conselhos Estaduais de Educação;
- 3. Reconhecer a importância de participação coletiva e cooperativa na elaboração, gestão, desenvolvimento e avaliação da Proposta Pedagógica e curricular da escola, identificando formas positivas de atuação em diferentes contextos da prática profissional, além da sala de aula.
- 4. Compreender a natureza dos fatores socioeconômicos que afetam o desempenho do aluno na escola e identificar ações para trabalhar com esses impactos externos, seja para aproveitá-los como enriquecimento dos conteúdos curriculares seja para atenuar eventuais efeitos negativos.
- 5. Compreender o significado e a importância do currículo para garantir que todos os alunos façam um percurso básico comum e aprendam as competências e habilidades que têm o direito de aprender.
- 6. Diante de informações gerais sobre a escola, a idade da turma, a etapa (Fundamental ou Médio) e o ano/série, bem como sobre os recursos pedagógicos existentes e outras condições pertinentes da escola, propor sequências didáticas de sua disciplina, nas quais sejam explicitadas e explicadas o que o aluno deverá aprender com a situação proposta:
- o conteúdo a ser aprendido e as competências e habilidades a ele associados;
- as estratégias a serem adotadas;
- os materiais e recursos de apoio à aprendizagem;
- as formas de agrupamento dos alunos nas atividades previstas;
- as atividades de professor e aluno distribuídas no tempo, de modo a ficar claro o percurso a ser realizado para que a aprendizagem aconteça;
- o tipo de acompanhamento que o professor deve fazer ao longo do percurso; as estratégias de avaliação e as possíveis estratégias de recuperação na hipótese de dificuldades de aprendizagem.
  - 7. Demonstrar domínio de conceitos que envolvem as questões sobre violência na escola entorno. de bulling е de indisciplina geral. е no seu 8. Incentivar o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos e de toda a comunidade escolar, preparando-os para enfrentar os conflitos sociais, as desigualdades, o racismo, preconceito questão 0 à ambiental. 9. Compreender os mecanismos institucionais de monitoramento de desempenho
  - Compreender os mecanismos institucionais de monitoramento de desempenho acadêmico dos alunos, ao longo de sua trajetória escolar, tais como:
- organização em ciclos;
- progressão continuada;





- recuperação da aprendizagem conforme organizado no sistema de ensino público do Estado de São Paulo.
- 10. Demonstrar domínio de processos de ação e investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica.

### Habilidades do professor PEB-II

- implementadas, considerando o contexto das políticas de currículo da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo, nas dimensões sala de aula e escola. 3. Identificar a composição, os papéis e funções da equipe de uma escola e as normas que
- devem reger as relações entre os profissionais que nela trabalham. 4. Reconhecer principais leis e normas que regulamentam a profissão de professor, sendo
- capaz de identificar as incumbências do professor, tal como prescritas pelo Art. 13 da LDB, em situações concretas que lhe são apresentadas.
- 5. Diante de um problema de uma escola caracterizada, indicar os aspectos que devem ser discutidos e trabalhados coletivamente pela equipe escolar, segundo a legislação.
- 6. Identificar os diferentes componentes da Proposta Pedagógica.
  7. Identificar práticas educativas que levem em conta as características dos alunos e de seu meio social, seus temas e necessidades do mundo contemporâneo e os princípios, prioridades e objetivos da Proposta Pedagógica.
  8. Compreender as fases de desenvolvimento da criança e do jovem e associar e explicar.
- 8. Compreender as fases de desenvolvimento da criança e do jovem e associar e explicar como a escola e o professor devem agir para adequar o ensino e promover a aprendizagem em cada uma dessas etapas.
- 9. Identificar e justificar a importância dos organizadores de situações de aprendizagem(competências e habilidades que os alunos deverão constituir; conteúdos curriculares selecionados; atividades do aluno e do professor; avaliação e recuperação).
- 10. Reconhecer estratégias para gerenciar o tempo em sala de aula, nas seguintes situações, considerando a diversidade dos alunos, os objetivos das atividades propostas e as características dos próprios conteúdos:
  - Existência de alunos que aprendem mais depressa e alunos mais lentos;
  - Tempo para dar conta do conteúdo previsto no plano de trabalho (anual, bimestral, semanal);
  - Sugerir e explicar formas de agrupamento dos alunos, indicando as situações para as quais são adequadas.





- 11. Utilizar estratégias e instrumentos diversificados de avaliação da aprendizagem e, a partir de seus resultados. reconhecer propostas de intervenção pedagógica, considerando desenvolvimento diferentes capacidades de dos 12. Compreender o significado das avaliações externas – nacionais e internacionais – que vêm sendo aplicadas no Brasil e reconhecer alcances e limites do uso dos resultados que o país vem apresentando nessas avaliações na última década. 13. Identificar as principais características do SARESP após suas modificações de 2007. 14. Interpretar adequadamente o IDEB e o IDESP - como se constroem, para que servem, o que significam para a educação escolar brasileira 15. Diante de situações-problema relativas às relações interpessoais que ocorrem na identificar origem problema possíveis а do е as 16. Identificar os diferentes componentes que organizam os planos de ensino dos diferentes professores. nas disciplinas. 17. Identificar estratégias preventivas e precauções que serão utilizadas no âmbito da escola e nos planos de cada professor, em relação aos temas de violência na escola e entorno 18. Reconhecer a existência de diferentes formas de violência: simbólica, física e
- 19. Caracterizar as diferentes modalidades de recuperação da aprendizagem e seus objetivos específicos.
- 20. Identificar as principais características do regime de progressão continuada e as vantagens apresentadas na legislação, que institui a organização escolar em ciclos, do sistema de ensino público do Estado de São Paulo. 21. Identificar o espaço de trabalho coletivo HTPC, como espaço de enriquecimento da prática docente e de participação em ações de formação continuada.

### 2 - NÚCLEO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

### 2.1- SECRETARIA

psicológica.

A secretaria, unidade administrativa, se responsabilizará quanto à documentação e escrituração escolar organizando e atualizando documentos relativos à vida escolar dos alunos, expedindo certificados de conclusão de séries e de cursos, outros documentos relativos à vida escolar dos alunos, preparando, afixando em locais próprios o quadro de horários de aulas.

O controle do cumprimento da carga horária anual, manutenção de registros relativos à avaliação e promoção, reuniões administrativas, termos de visitas de autoridades de administração de ensino, manutenção de registros e levantamento de dados estatísticos e informações educacionais, preparação de relatórios, comunicados e editais será de responsabilidade da secretaria.





Quanto à administração geral atenderá aos servidores da escola e aos alunos, prestando-lhes esclarecimentos relativos à escrituração e legislação; pessoas que tenham assuntos a tratar na escola; **m**antendo registros do material permanente recebido pela escola e do que lhe for dado ou cedido e elaborar inventário anual dos bens patrimoniais; requisitar, receber e controlar o material de consumo.

Organizará e encaminhar à diretoria de ensino os documentos e prestação de contas de despesas miúdas e de pronto pagamento; manterá atualizado o documentário de leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias e comunicados de interesse para a escola; manterá atualizados assentamentos dos servidores em exercício na escola;

Preparará as folhas de pagamento do pessoal da escola, expedir atestados ou boletins relativos à freqüência do pessoal docente, técnico e administrativo; escala de férias anuais dos servidores em exercício na escola.

Receber, registrar, distribuir e expedir correspondência, processos e papéis em geral que tramitam na escola, organizando e mantendo o protocolo e o arquivo escolar; registrando e controlando a freqüência do pessoal docente, técnico e administrativo da escola;

### 2.1.2 O Gerente de Organização Escolar;

Administrará, planejará e executará as ações da Secretaria da Escola, assinando todos os documentos escolares que, conforme normas estabelecidas pela administração superior, devam conter sua assinatura;

Será de responsabilidade do Gerente atribuir tarefas ao pessoal auxiliar da Secretaria, orientando e controlando as atividades de registro e escrituração, assegurando o cumprimento de normas e prazos relativos ao processamento de dados; auxiliará a direção nas atividades relativas a documentação e escrituração escolar e de pessoal, através de:

- Expedição, registro e controle de expedientes;
- Organização e atualização de arquivos;
- Registro e controle de bens patrimoniais, bem como de aquisição conservação de materiais e de gêneros alimentícios;
- Registro e controle de recursos financeiros.
- Avaliar o mérito de funcionários que lhe são imediatamente subordinados; Com relação aos funcionários e servidores sob sua subordinação:
- Autorizará a retirada, durante o expediente;
- Avaliará o desempenho;
- Concederá o gozo de férias, relativas ao exercício em curso.
- Concederá período de trânsito.
- Controlará a frequência diária e atestado de frequência mensal;
- Dará posse de exercício.





- Decidirá sobre pedidos de abono ou justificação de faltas ao serviço.
- Cumprirá e fará cumprir normas legais, regulamentos, decisões ,prazos

Estabelecidos, prazos de encaminhamento de dados, informações, relatórios, outros documentos garantindo qualidade dos mesmos. para a execução dos trabalhos de responsabilidade da Secretaria.

Elaborar a programação das atividades, relatórios da Secretaria, mantendo-a articulada com as demais programações da escola; providenciando a divulgação de editais, comunicados e instruções relativas às atividades escolares; propondo quando necessário a compre de material permanente e de consumo.

Quando necessário expedirá instruções quanto à manutenção da regularidade dos serviços sob sua responsabilidade, garantindo que todos os que precisam da Secretaria sejam atendidos com respeito e urbanidade.

A instrução de expedientes, organização das atividades pertinentes à secretaria, supervisão de sua execução, participação da elaboração do Plano escolar; processos de avaliação do desempenho do Sistema; identificação das necessidades de recursos humanos; escala de férias dos servidores da escola, submetendo-a à aprovação do Diretor; com propostas sobre medidas que visem à racionalização das atividades de apoio administrativo; providenciando a instrução de processos e expediente que devam ser submetidos à decisão superior, levantamento e encaminhamento aos órgãos competentes de dados e informações educacionais.

Conhecer, dominar e redigir correspondências oficiais; responder perante o Diretor, pela regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar dos alunos a cargo da secretaria.

Responsabilizar-se pela guarda dos livros e papéis da escola; verificar a regularidade da documentação referente a matricula, transferência de alunos, encaminhando os casos especiais à deliberação do Diretor.

### 2.1.3 - Agente de Organização Escolar

- I organizar e manter atualizados os prontuários dos alunos, procedendo ao registro e escrituração relativos à vida escolar, especialmente no que se refere à matrícula, frequência e histórico escolar;
- II providenciar a elaboração de diplomas, certificados de conclusão de série e de cursos, de aprovação em disciplinas e outros documentos relativos à vida escolar dos alunos;
- III expedir comunicados à equipe escolar sobre a movimentação escolar dos alunos;
- IV inserir, manter e atualizar dados dos alunos nos Sistemas Informatizados Corporativos da Secretaria de Estado da Educação, tais como:
- a) efetivação de matrícula e manutenção da ficha cadastral dos alunos, de acordo com a documentação civil, e atualização do endereço completo;
- b) lançamento de todas as informações referentes à participação em programas de distribuição de renda, transporte escolar e, quando for o caso, de caracterização de necessidade educacional especial;





- c) lançamento da movimentação escolar, tais como transferências, ausências, abandono e outros:
- d) lançamento de notas e frequência dos alunos, por componente curricular, no Sistema de Avaliação e Frequência SAF, ao final de cada bimestre, para a elaboração do Boletim Escolar:
- e) registro do Rendimento Escolar Individualizado, no final do ano letivo, ou a cada semestre no caso da Educação de Jovens e Adultos, no Sistema de Cadastro de Alunos, necessário para o cálculo dos indicadores de fluxo da escola;
- f) preparação da documentação e dados para consultas e publicação de registro de concluintes de curso no sistema GDAE, Módulo Concluintes e Módulo Financeiro;
- V registrar, preparar, expedir e controlar documentos relativos à frequência do pessoal docente e dos demais servidores da escola;
- VI organizar e manter atualizados os assentamentos dos servidores em exercício na escola;
- VII preparar dados para a folha de pagamento de vencimentos e salários do pessoal da escola, bem como realizar expedientes relacionados a ela:
- VIII consultar, inserir e manter atualizados dados nos sistemas informatizados de Controle de Frequência e Cadastro Funcional PAEC/PAPC, relacionados à vida funcional dos docentes e dos demais servidores;
- IX lançar a frequência dos servidores lotados na unidade, bem como as alterações de carga horária de docentes, digitação de aulas ministradas eventualmente e reposição de aulas, dentro dos prazos estabelecidos;
- X elaborar e submeter à apreciação do Diretor de Escola a escala de férias anual e, no inicio de cada mês, verificar a confirmação do Boletim Informativo de Férias BIF, para pagamento do adicional de 1/3 de férias dos docentes, bem como digitar a escala e apontamento de férias dos demais servidores no sistema GDAE, Módulo SIPAF;
- XI manter organizados e atualizados os arquivos, responsabilizando-se pela guarda de livros e papéis;
- XII preparar expedientes relativos a registro, controle, aquisição de materiais e prestação de serviços, bem como adotar medidas administrativas necessárias à manutenção e à conservação de equipamentos e bens patrimoniais de natureza permanente e de consumo;
- XIII controlar a movimentação de alunos no recinto da escola, em suas imediações e na entrada e saída da unidade escolar, orientando-os quanto às normas de comportamento, informando à Direção da Escola sobre a conduta deles e comunicando ocorrências;
- XIV controlar o fluxo de docentes, fiscalizando o cumprimento do horário de aulas e encaminhar docente eventual à sala de aula, guando necessário;
- XV prestar atendimento, por telefone e pessoalmente, à comunidade escolar, quando solicitado:
- XVI responder, perante o superior imediato, pela regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar dos alunos, a cargo da secretaria da escola;
- XVII cumprir normas legais, regulamentos, decisões e prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos de sua responsabilidade, relativos à secretaria da escola;





XVIII - propor medidas que visem à racionalização das atividades de apoio administrativo, bem como expedir instruções necessárias à regularização dos serviços sob sua responsabilidade;

XIX - providenciar a instrução de processos e expedientes que devam ser submetidos à decisão superior;

XX - elaborar e assinar relatórios circunstanciados sobre o desempenho de suas atribuições, conforme orientação superior;

XXI - receber, registrar, distribuir, preparar e instruir expedientes e ofícios, observadas as regras de redação oficial, oferecendo parecer conclusivo com fundamento na legislação pertinente, quando for o caso, e dando-lhes o devido encaminhamento;

XXII - organizar e manter o protocolo e o arquivo escolar;

XXIII - organizar e manter atualizado o acervo de leis, decretos, regulamentos, resoluções, portarias e comunicados de interesse da escola, acompanhando as publicações no Diário Oficial do Estado:

XXIV - atender aos servidores da escola e aos alunos, prestando-lhes esclarecimentos sobre escrituração e legislação, consultando o superior imediato quando necessário;

XXV - participar, em conjunto com a equipe escolar, da formulação e implementação da Proposta Pedagógica da Escola, contribuindo para a integração escola-comunidade;

XXVI - assistir o Diretor da Escola, mantendo registro de dados referentes à Associação de Pais e Mestres, a verbas, estoque de merenda escolar, disponibilidade de recursos financeiros, e prestando contas dos gastos efetuados na unidade escolar.

### 3 - ZELADOR

O zelador da escola se compromete a:

- Ocupar a zeladoria da unidade escolar, juntamente com sua família.
- Manter em perfeita ordem e asseio as dependências da zeladoria e área adjacente.
- Manter-se atento e vigilante durante os períodos escolares, ausentando-se apenas com permissão do Diretor da Escola.
- Zelar pelo patrimônio e áreas adjacentes da unidade escolar, inclusive nos horários extraescolares e quando da realização de atividades comunitárias, evitando incursões de vândalos ou qualquer pessoa perniciosa.
- Adotar as providências cabíveis e legais em ocorrências verificadas no período escolar.
- Conservar em seu poder as chaves que permitam abrir e fechar o prédio escolar, nos horários estabelecidos pelo Diretor da Escola, percorrendo diariamente todas as dependências, após o encerramento das atividades.
- Permanecer próximo ao local das atividades escolares, quando as dependências da zeladoria se localizarem distantes do prédio escolar;
- Manter-se atento às necessidades de execução de reparos, manutenção e conservação do prédio escolar ou da zeladoria, solicitando providências ao Diretor da Escola.





- Comunicar de imediato ao Diretor da Escola as ocorrências havidas em dias não letivos, providenciando conforme o caso, contato urgente com os organismos próprios.
- Dedicar-se exclusivamente, às atividades próprias de ocupante de zeladoria, nos períodos em que não estiver em exercício do cargo ou função de origem;.
- Zelar pela horta, árvores frutíferas, plantações, podendo cultivá-la em áreas apropriadas para uso próprio e da escola.
- Conservar os jardins, árvores e áreas gramadas da escola.
- Desocupar as dependências de zeladoria nos casos previstos no artigo 8 º., da Resolução SE n º. 24 de 11/02/8.
- Os direitos do zelador consiste em residir nas dependências da zeladoria, gratuitamente, sem pagamento de aluguel, taxas de água, luz e telefone, contar com vaga na escola para matrícula de seus dependentes, fazendo jus a uma folga semanal a ser estabelecida em comum acordo com o Diretor da Escola.

O zelador poderá requerer a reforma ou ampliação das dependências, ao Diretor de Escola, e comunicar a desocupação das dependências de zeladoria, num prazo antecedente de 30 (trinta) dias.

### O zelador da escola não poderá:

- permitir a permanência na área interna do prédio escolar de pessoas estranhas à escola ou outras que não sejam seus dependentes;
- ausentar-se por período superior a vinte e quatro horas consecutivas, sem prévia autorização do Diretor da Escola;
- impedir a vistoria das dependências de zeladoria, quando solicitado por quem de direito:
- ocupar quaisquer dependências do prédio escolar, além da zeladoria, sem expressa autorização do Diretor de Escola;
- utilizar-se de material ou equipamento escolar sem autorização expressa do Diretor de Escola;
- manter animais na área da zeladoria e da escola, sem autorização prévia do Diretor de Escola:
- realizar reuniões de qualquer natureza, sem autorização prévia do Diretor de Escola.
- proceder a modificações ou construções nas dependências da zeladoria ou imediações.
- dificultar qualquer atividade escolar por comodidade pessoal ou da família;
- assumir atitudes incompatíveis com o bom nome e o decoro da unidade escolar.





### 4- MERENDEIRA

A Merendeira será responsável pelo preparo da merenda escolar para os alunos; zelar pela conservação dos equipamentos e utensílios da cozinha; acondicionar de forma correta os alimentos; manter o ambiente de trabalho asseado; preencher mapas de controle da quantidade de merenda servida diariamente e estoque dos gêneros alimentícios.

### 5- SALA DE LEITURA

O responsável pela sala de leitura terá como função:

- I elaborar, anualmente, o seu programa de ação com os objetivos, metas e resultados de aprendizagem a serem atingidos;
- II organizar, planejar e executar sua tarefa institucional, de forma colaborativa e cooperativa, visando ao cumprimento do programa de ação estabelecido;
  - III incentivar e apoiar as atividades de protagonismo e empreendedorismo juvenis;
- IV realizar, obrigatoriamente, a totalidade das horas de trabalho pedagógico, coletivo e individual, no recinto da escola;
- V participar das reuniões de trabalho pedagógico coletivo realizadas na escola, a fim de promover sua própria integração e articulação com as atividades dos demais professores em sala de aula;
- VI participar de orientações técnico-pedagógicas, relativas à sua atuação na escola, bem como de cursos de formação continuada;
- VII atuar em atividades de tutoria aos alunos, de acordo com o plano de ação da escola e com o projeto de vida dos alunos;
- VIII propor indicadores que possibilitem à equipe escolar avaliar o impacto das atividades desenvolvidas na Sala/Ambiente de Leitura, nos resultados da aprendizagem, no âmbito da escola;
- IX acompanhar, avaliar e sistematizar as práticas educacionais, estudos, consultas e pesquisas, no âmbito da Sala/ Ambiente de Leitura;
- X atuar em atividades de orientação e apoio aos alunos, para utilização de recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nas áreas de pesquisa e produção de materiais em mídias digitais;
- XI subsidiar e orientar programas de preservação e organização da memória da escola e da história local, articulados com o plano de ação da escola e com os programas de ação dos docentes;
- XII incentivar a visitação participativa dos professores da escola à Sala/Ambiente de Leitura, para utilização em atividades pedagógicas;
- XIII promover e executar ações inovadoras, que incentivem a leitura e a construção de canais de acesso a universos culturais mais amplos;
- XIV coordenar, executar e supervisionar o funcionamento regular da Sala/Ambiente de Leitura, cuidando da organização e do controle patrimonial do acervo e das instalações;





XV – organizar, na escola, ambientes de leitura alternativos.

### 6- Conselho de Escola:

São atribuições do Conselho de Escola:

- I. Estabelecer e acompanhar o projeto político-pedagógico da escola;
- II. Analisar e aprovar o Plano Anual da Escola, com base no projeto político-pedagógico da mesma:
- III. Acompanhar e avaliar o desempenho da escola face às diretrizes, prioridades e metas estabelecidas no seu Plano Anual, redirecionando as ações quando necessário;
- IV. Definir critérios para a cessão do prédio escolar para outras atividades que não as de ensino, observando os dispositivos legais emanados da mantenedora, garantindo o fluxo de comunicação permanente, de modo que as informações sejam divulgadas a todos em tempo hábil;
- V. Analisar projetos elaborados e/ou em execução por quaisquer dos segmentos que compõem a comunidade escolar, no sentido de avaliar a importância dos mesmos no processo ensino-aprendizagem;
- VI. Arbitrar sobre o impasse de natureza administrativa e/ou pedagógica, esgotadas as possibilidades de solução pela equipe escolar;
- VII. Propor alternativas de solução dos problemas de natureza administrativa e/ou pedagógica, tanto daqueles detectados pelo próprio órgão, como dos que forem a ele encaminhados por escrito pelos diferentes participantes da comunidade escolar;
- VIII. Apreciar e emitir parecer sobre desligamento de um ou mais membros do Conselho Escolar quando do não-cumprimento das normas estabelecidas no Regimento Escolar, neste Estatuto, e/ou procedimento incompatível com a dignidade da função, encaminhado-o para a Secretaria da Educação;
- IX. Fazer cumprir as normas disciplinares relativas a direitos e deveres de todos os elementos da comunidade escolar, dentro dos parâmetros do Regimento Escolar e da legislação em vigor:
- X. Articular ações com segmentos da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem;
- XI. Elaborar e/ou reformular o Estatuto do Conselho Escolar sempre que se fizer necessário:
- XII. Discutir, analisar, rejeitar ou aprovar propostas de alterações no Regimento Escolar encaminhadas pela equipe pedagógico-administrativa ou membros do Conselho;
- XIII. Promover, sempre que possível, círculos de estudos envolvendo os Conselheiros a partir de necessidades detectadas, visando a proporcionar um melhor desenvolvimento do seu trabalho;





- XIV. Tomar ciência, visando acompanhamento, de medidas adotadas pelo Diretor nos casos de doenças contagiosas, irregularidades graves e soluções emergenciais ocorridas na escola.
- XV. Discutir, analisar, rejeitar ou aprovar a criação de instituições auxiliares e seus estatutos quando não for da competência de órgãos específicos;
- XVI. Definir as diretrizes para a atuação das instituições auxiliares;
- XVII. Acompanhar a atuação das instituições auxiliares visando ao desenvolvimento de um trabalho integrado e coerente com o projeto político-pedagógico da escola, propondo, se necessário, alterações nos seus Estatutos, ouvindo o segmento a que diz respeito;
- XVIII. Elaborar calendário escolar, observada a legislação vigente e diretrizes emanadas da Secretaria de Educação;
- XIX. Discutir sobre a proposta curricular da escola, visando ao aperfeiçoamento e enriquecimento desta, respeitadas as diretrizes emanadas da Secretaria de Educação;
- XX. Estabelecer critério de distribuição de material escolar e de outras espécies destinado a alunos, quando fornecido pela Mantenedora ou obtido junto a outras fontes;
- XXI. Definir providências cabíveis, nos casos que lhe forem encaminhados, relativas à sanções aplicáveis a alunos, pais, funcionários, professores e diretor, de acordo com o previsto no Regimento Escolar, respeitada a legislação vigente;
- XXII. Propor à Secretaria de Educação a instauração de sindicância para apurar irregularidades quando 2/3 (dois terços) dos seus membros acharem necessário, a partir de evidências comprovadas;
- XXIII. Receber e analisar recursos de qualquer natureza, interposto por quaisquer membros dos segmentos, através de seu representante no Conselho, quando esgotadas as possibilidades de solução a nível de administração escolar;
- XXIV. Recorrer a instâncias superiores sobre decisões a que não se julgar apto pro tratar-se de matéria que extrapola o âmbito escolar;
- XXV. Assessorar, apoiar e colaborar com o Diretor em matéria de sua competência e em todas as suas atribuições, com destaque especial para:
- a) O cumprimento das disposições legais;
- b) A preservação do prédio e dos equipamentos escolares;
- c) A divulgação do edital de matrículas;
- d) A aplicação de penalidades previstas no Regimento Escolar quando encaminhada pelo Diretor;
- e) Adoção e comunicação ao(s) órgão(s) competente(s) das medidas de emergência em caso de irregularidades graves na escola.





### 7- APM:

- I -acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino, para deferimento ou não:
- II observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da Secretaria de Estado da Educação, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para a realização de eventos próprios do Estabelecimento de Ensino;
- III estimular a criação e o desenvolvimento de atividades para pais, alunos, professores, funcionários, assim como para a comunidade, após análise do Conselho Escolar;
- IV promover palestras, conferências e grupos de estudos envolvendo pais, professores, alunos, funcionários e comunidade, a partir de necessidades apontadas por esses segmentos, podendo ou não ser emitido certificado, de acordo com os critérios da SEED;
- V colaborar, de acordo com as possibilidades financeiras da entidade, com as necessidades dos alunos comprovadamente carentes;
- VI convocar, através de edital e envio de comunicado, a todos os integrantes da comunidade escolar, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência, para a Assembléia Geral Ordinária, e com no mínimo 1 (um) dia útil para a Assembléia Geral Extraordinária, em horário compatível com o da maioria da comunidade escolar, com pauta claramente definida na convocatória:
- VII reunir-se com o Conselho Escolar para definir o destino dos recursos advindos de convênios públicos mediante a elaboração de planos de aplicação, bem como reunir-se para a prestação de contas desses recursos, com registro em ata;
- VIII apresentar balancete semestral aos integrantes da comunidade escolar, através de editais e em Assembléia Geral;
- IX registrar em livro ata da APM, com as assinaturas dos presentes, as reuniões de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, preferencialmente com a participação do Conselho Escolar:
- X registrar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, em livro ata próprio e com as assinaturas dos presentes, no livro de presença (ambos livros da APM);
- XI registrar em livro próprio a prestação de contas de valores e inventários de bens (patrimônio) da associação, sempre que uma nova Diretoria e Conselho Deliberativo e Fiscal tomarem posse, dando-se conhecimento à Direção do Estabelecimento de Ensino;
- XII aplicar as receitas oriundas de qualquer contribuição voluntária ou doação, comunicando irregularidades, quando constatadas, à Diretoria da Associação e à Direção do Estabelecimento de Ensino;
- XIII receber doações e contribuições voluntárias, fornecendo o respectivo recibo preenchido em 02 vias;
- XIV promover a locação de serviços de terceiros para prestação de serviços temporários na forma prescrita no Código Civil ou na Consolidação das Leis do Trabalho, mediante prévia informação à Secretaria de Estado da Educação;





XV - mobilizar a comunidade escolar, na perspectiva de sua organização enquanto órgão representativo, para que esta comunidade expresse suas expectativas e necessidades;

XVI - enviar cópia da prestação de contas da Associação à Direção do Estabelecimento de Ensino, depois de aprovada pelo Conselho Deliberativo e Fiscal e, em seguida, torná-la pública

XVII - apresentar, para aprovação, em Assembléia Geral Extraordinária, atividades com ônus para os pais, alunos, professores, funcionários e demais membros da APMF, ouvido o Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino;

XVIII - indicar entre os seus membros, em reunião de Diretoria, Conselho Deliberativo e Fiscal, o(os) representante(s) para compor o Conselho Escolar;

XIX - celebrar convênios com o Poder Público para o desenvolvimento de atividades curriculares, implantação e implementação de projetos e programas nos Estabelecimentos de Ensino da Rede Pública Estadual, apresentando plano de aplicação dos recursos públicos eventualmente repassados e prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos utilizados;

XX -celebrar contratos administrativos com o Poder Público, nos termos da Lei Federal n°8.666/93, prestando-se contas ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná dos recursos utilizados, com o acompanhamento do Conselho Escolar;

XXI - celebrar contratos com pessoas jurídicas de direito privado ou com pessoas físicas para a consecução dos seus fins, nos termos da legislação civil pertinente, mediante prévia informação à Secretaria de Estado da Educação;

XXII - manter atualizada, organizada e com arquivo correto toda a documentação referente à APMF, obedecendo a dispositivos legais e normas do Tribunal de Contas;

XXIII - informar aos órgãos competentes, quando do afastamento do presidente por 30 dias consecutivos anualmente, dando-se ciência ao Diretor do Estabelecimento de Ensino.

Parágrafo Único. Manter atualizado o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) junto à Receita Federal, a RAIS junto ao Ministério do Trabalho, a Certidão Negativa de Débitos do INSS, o cadastro da Associação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para solicitação da Certidão Negativa, e outros documentos da legislação vigente, para os fins necessários.

### Grêmio Estudantil

Segundo a Lei Federal nº 7398, de 4/11/85, assegura a organização de grêmios estudantis como entidades autônomas representativas dos estudantes, em qualquer escola do país, seja ela pública ou particular, no Art. 2º, tem por objetivos:

I – congregar o corpo discente da Escola

II – defender os interesses individuais e coletivos dos alunos da Escola:

III – incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros;

 IV – promover a cooperação entre administradores, professores, funcionários e alunos, no trabalho escolar, buscando seu aprimoramento;





V – realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural, educacional, cívico, desportivo e social com entidades congêneres;

VI – zelar pela adequação do ensino às reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito;

VII – defender a democracia, a independência e o respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, sexo, nacionalidade, convicção política ou religiosa;

VIII – lutar pela democracia permanente na Escola, através do direito à participação nos fóruns internos de deliberação desta instituição.





### Série Histórica no IDESP

### V - Série histórica no IDESP

IDESP	IDESP 2007	META 2008	IDESP 2008	META 2009	IDESP 2009	META 2010	IDESP 2010	META 2011	IDESP 2011	META 2012	IDESP 2012	META 2013	IDESP 2013	META 2014	IDESP 2014
E. F. CICLO II	2,29	2,24	2,42	3,04	2,38	2,53	3,16	2,72	1,59	1,78	2,66	2,79	2,66	2,83	2,78
Ensino Médio	0,75	1,66	0,83	1,26	1,76	1,16	1,37	1,32	1,54	1,72	2,09	2,2	2,05	2,18	1,64

Após análise dos resultados da série histórica do IDESP, chegamos à conclusão que o principal fator em atingirmos as metas estabelecidas pela SEE foi a introdução do material pedagógico — Caderno do Professor e Caderno do Aluno — que unificou o Currículo; trabalho em equipe mediante a intervenção direta da Coordenação e Direção, apoiadas pelas ações da Supervisão de Ensino, através de uma ação abrangente e efetiva destinada aos alunos, como a Recuperação Contínua e encaminhamento para a Recuperação Paralela.

Os fatores que dificultaram as metas estabelecidas foram: a constante troca de professores, principalmente de Matemática; alto índice de evasão escolar; baixo rendimento nas avaliações internas; baixa autoestima dos alunos, desinteresse pelo estudo, dificuldade de aprendizagem e falta de professores eventuais específicos na área de atuação.





### Resultados obtidos em 2014

### 1) Fluxo Escolar (resultados ao final do ano letivo)

SÉRIE/ ANO	TOTAL DE MATRÍC ULAS	%	TRANSFER.	%	EVADIDOS	%	RETIDOS	%	APROVAD OS	%		
ENSINO FUNDAMENTAL												
7º A	20	100	5	25	0	0	1	5	14	93		
8º A	38	100	8	21	0	0	0	0	30	100		
8º B	12	100	2	17	0	0	0	0	10	100		
9 <sup>a</sup> A	36	100	8	22	0	0	1	3	25	97		
TOTAL	106	100	23	22	0	0	2	2	80	98		
ENSINO MEDIO												
1 <sup>a</sup> A	43	100	16	37	1	3	5	18	20	82		
1 <sup>a</sup> B	40	100	8	20	0	0	5	15	27	82		
1ª C	41	100	13	32	3	10	7	25	18	75		
1ª D	40	100	10	25	0	0	5	16	25	84		
1 <sup>a</sup> E	35	100	8	23	0	0	2	7	25	93		





43 🗆	47	400	47	200	4		0	200	24	7.4
1 <sup>a</sup> F	47	100	17	36	1	3	8	26	21	74
2 <sup>a</sup> A	39	100	6	15	0	0	3	9	31	91
2ª B	44	100	13	29	0	0	2	6	29	94
2ª C	44	100	15	34	0	0	8	27	21	73
2ª D	45	100	13	29	1	3	1	6	29	94
2ª E	39	100	8	20	2	6	2	6	27	94
2ª F	40	100	9	22	3	9	6	19	22	81
3ª A	41	100	9	22	0	0	3	9	30	91
3ª B	46	100	11	23	0	0	2	5	33	95
3ª C	36	100	9	25	0	0	0	0	27	100
3ª D	36	100	9	25	0	0	2	7	25	93
3ª E	33	100	8	24	1	4	0	0	24	96
3ª F	32	100	3	9	2	7	1	3	25	87
TOTAL	721	100	185	25	14	3	115	21	469	79
TOTAL GERAL	827	100	208	25	15	2	138	22	548	78

## Evasão

# a) Principais motivos de evasão:

Ingresso no mercado de trabalho, desestruturação da família que deixa de acompanhar a vida escolar do aluno e falta de uma perspectiva para o futuro.

# b) Ações da escola realizadas ou a realizar para evitar a evasão:

O professor Mediador Comunitário faz um levantamento dos alunos com número de faltas excessivas e posteriormente contata os responsáveis, na falta de comparecimento por parte destes o Conselho Tutelar é comunicado para acionar os mesmos.





# c) Resultados das ações realizadas:

Na maioria dos casos comunicados em um primeiro momento os alunos retornam aos estudos, mas muitos ao final do ano quando não há mais tempo hábil para realizar contatos os mesmos abandonam o curso.

# d) Resultado esperado das ações a realizar:

Como informado acima, é óbvio que sempre esperamos um retorno maior dos alunos, mas visto também às condições socioeconômicas dos mesmos, e a necessidade de ingressarem mais cedo no mercado de trabalho, frustram as expectativas de retorno aos bancos escolares.

# Retenção

# a) Principais motivos de retenção:

A retenção como a evasão escolar se espelha na falta de um mercado de trabalho futuro promissor e que possa oferecer um padrão de vida digno do ser humano para sua plena realização, o que o desestimula a concluir o curso do Ensino Médio, pois não vê condições propícias para prosseguir em uma formação acadêmica superior.

# b) Ações da escola realizadas ou a realizar para evitar a retenção:

Além das discussões em ATPCs para incentivar os alunos em sala de aula, palestras com psicólogos e pessoas bem sucedidas em suas profissões que conseguiram atingir os objetivos sem grandes recursos.

# c) Resultados das ações realizadas:

O resultado não é satisfatório.

## d) Resultado esperado das ações a realizar:

Menor número de retenções e melhor desempenho dos alunos no processo ensinoaprendizagem.





# VII - Equipe gestora

Diretor de Escola: Sandra Helena Siqueira

Vice-Diretor: Kátia Milene Rufino Frigeri

Vice-Diretor da Escola da Família: Erica Faille Dian

Professor Coordenador do Ensino Médio: Lucimara Aparecida Parra





# VIII- Equipe de professores em 2015

# 1) Quadro de professores

# **QUADRO - CORPO DOCENTE - HABILITADOS**

Nome	R.G.	Cargo/ Funç	ção/ Situação	Acúmulo de	Afastamento	
		Fund	cional	cargo/ DOE		
		TC/OFA	Comp.			
			Curricular			
José Roberto de Camargo	5.987.598	PEB II - TC	Ed. Física	Não	Art. 202	
Gabas						
Margiê de Lourdes Oliveira	10.579.643-2	PEB II - TC	Física	SIM (	Não	
				APOSENTADA		
				SEE)		
Regina Maria Lopes	11.773.509	PEB II - TC	Ed. Física	não	PCNP	
Célia Regina Vitale	12.438.503-5	PEB II - TC	História	não	Diretoria de Ensino	
Maria Generci Rigonato	12.515.252	PEB II - TC	Português	não	Readaptada	
Freschi						





Regina Sueli das Neves	13.214.961-8	PEB I-TC	PEB-I	não	No Município
Moraes					
Thelma Paschoa Bicudo	13.276.359	PEB I-TC	PEB-I	não	Readaptada
Maria do Carmo Braggio	13.686.763	PEB II –	Português	Prefeitura	Não
Fernandes		OFA			
José Aparecido de Biazi	13.686.684	PEB II - TC	Inglês	Prefeitura	Não
Davina Maria Alves dos	15.897.102-4	PEB I – TC	PEB I	Não	Professora Mediadora
Santos					
Ailton Renan Goulart	16.217.870	PEB II - TC	Matemática	Não	Não
Giane Honori de Lima	16.393.297	PEB II-TC	Matemática	não	não
Marilza Gomes da Silva	16.427.068	PEB II – TC	Português	Não	Não
Nádia da Silva	16.509.248	PEB II – TC	Ed. Física	Não	Não
Claudio Ernesto	16.523.270	PEB II-TC	Geografia	não	não
Giovanna Ap. Rodrigues G.	16,+987.523.606	PEB II – TC	História	Não	Vice-diretor Escola da
Colombo,,,,,					Família / EE Joaquim
					Alves Figueiredo
Deise Cristina Ignotti	16.818.910	(PEB I-TC)	PEB-I	Prefeitura	Sala de Leitura / EE
					Nicola Mastrocola





Silmara Apda dos Santos	16.819.091	(PEB II-TC)	Geografia	não	não
Brito					
Isabel Cristina da Silva	17.143.514-x	(PEB II-TC)	Português	SEE	não
Ana Paula Loma	17.143.828	PEB II – TC	Arte	Não	Não
José Andre Banhos	17.143.875-9	(PEB II-TC)	História	não	ETI – Nestor Sampaio
					Bittencourt
Angela do Carmo Escobar	18.095.544-5	(PEB II-TC)	Português	SEE	não
Angela do Carmo Escobar	18.095.544-5	(PEB II-TC)	Inglês	sim	não
Juscilene Fornazari Gabas	18.095.834	PEB II -TC	História	Não	Municipalização
Maria Adelia Vicentim	18.097.492	(PEB I-TC)	PEB-I	não	Municipalização
Rosmeire Aparecida Magni	18.820.202	PEB II – TC	Matemática	Não	Readaptada
Carla Shizumi Horikawa	18.823.526	(PEB II-TC)	Química	não	PCNP
Célia Apda Joia Lamas	18.880.034	(PEB II-TC)	PEBII	não	Diretoria de Ensino
Lucielene de Abreu	18.880.052-7	(PEB II-TC)	PEB I	não	Municipalização
Wanderley Doré Ribeiro	19.226.139-3	(PEB II-TC)	Matemática	não	não
Luciana Paula Ferregutti	19.332.667-X	PEB I – TC	PEB – I	Não	Municipalização
Correa					





Luciana Cristina Ferreira	19.968.742-X	PEB II –	Física	Não	Não
Longhi		OFA			
Alexandra Carmini Wicher	20.718.020	PEB II – TC	Matemática	SEE	Não
Sandra Regina Rodrigues	21.577.712-8	PEB II – TC	Matemática	Não	PCNP
Ercoli					
Ronaldo Gonçalves de Aguiar	21.634.069	PEB II –	Ed. Física	Não	Não
		OFA			
Adriana Theodoro Rosete	21.635.528-7	PEB II – TC	Sociologia	Não	Não
Marcos					
Alessandro Teixeira Chaves	22.065.928	(PEB II-TC)	Química	Não	não
Paulo Cesar Cicotti	22.073.199	PEB II – TC	Ed. Física	Não	Municipalização
Jane Delsin de Souza	22.600.926	PEB II – TC	Ed. Física	Não	Municipalização
Fabiana Apda do Nascimento	23.904.712-6	(PEB II-TC)	Matemática	Não	ETI – Nestor Sampaio
Soares					Bittencourt
Elis Regina da Silva	24.234.513-X	PEB II –		Não	Não
		Eventual			
Lucia Helena Firmino	24.234.576	PEB II – TC	Português	Não	ETI – Nestor Sampaio
					Bittencourt





Silvia Angelica Pelicano	24.841.935	PEB II – TC	Inglês	Não	Diretor de Escola –
Bernardi					Barão do Rio Branco
Karine Maria Batista Almeida	25.009.527-0	PEB II –	Biologia	Não	Não
		OFA			
Adriana Prado	25.475.806	PEB II – TC	Biologia	Não	ETI – Nestor Sampaio
					Bittencourt
Lucilene Dias Baltazar	25.562.679	PEB II – TC	Arte	Prefeitura	Não
Cleide Cristina Baraldi	27.268.763	PEB II – TC	Inglês	Prefeitura	Não
Ana Lucia Marson Ferraz da	27.743.417	PEB II – TC	Arte	Não	Não
Silva					
Andrea Justino Silva	29.107.853-9	PEB II –	Português	Não	Sala de Leitura
		OFA			
Ana Carina Cassoli	29.181.812	PEB II – TC	Ed. Física	Não	Não
José Carlos Valadares Junior	29.181.833	PEB II – TC	História	Não	Não
Erica Faille Dian	29.181.906	PEB II –	Ed. Física	Não	Vice-diretora – Escola
		OFA			da Família
João Antonio Rocha	29.508.371-2	(PEB II-TC)	Filosofia	não	não
Verônica Cristina Alvares	30.331.475	PEB II – TC	Arte	Não	Municipalização





José Luis Dotto	30.583.477	PEB II – TC	Ciências	SEE	Não
Luciano de Oliveira	30.783.088	PEB II – O	Filosofia	Não	Não
Elaine Aparecida Redigolo	32.919.539	PEB II –	Matemática	Não	PC – EE Maximiano
Munhoz		OFA			Rodrigues
Rômulo Sensuline Valaretto	44.226.172	PEB II –	Biologia	Não	Não
		OFA			
Amanda Martins da Silva	44.226.215-2	PEB II – TC	Filosofia	Prefeitura	Não
Jaqueline da Silva Oliveira	44.515.633-8	PEB II – O	Ed. Física	Não	Não
Karoline Leticia Genari	49.525.114-8	PEB II – TC	Arte	Prefeitura	Não

Total de professores que ministram aulas na	
unidade escolar em 2015	35
Total de professores com Sede de Controle de	
Frequência na unidade escolar em 2015	52





# 2) Formação Continuada

Total de docentes com sede de controle e frequência na escola no ano de 2015 que no ano de 2014 participaram ou estão participando em 2015 de:

- a) Professores que participaram de cursos de atualização promovidos pela Diretoria de Ensino – Região de Catanduva: Matemática: não houve professores participantes no ano de 2014/2015
- b) Professores que participaram de cursos da Escola de Formação REDEFOR: não houve professores participantes no ano de 2014/2015
- c) Professores que participaram de Orientações Técnicas promovidas pela Diretoria de Ensino – Região de Catanduva:

Orientação Técnica de Língua Portuguesa: 1 professor

Orientação Técnica de Matemática: 2 professores

Orientação Técnica de Biologia: 1 professor

Orientação Técnica de Física: nenhum professor





# IX - Equipe de apoio técnico-administrativo

# Gerente de Organização Escolar:

Rita de Cassia Leonel Ferraz

## Secretário de Escola:

Anne Marie Brattig Cassoli

# Agente(s) de organização escolar:

Fabio Arruda de Oliveira Sene Elaine Cristina Pereira Elsa de Vietro Freitas Manoela Correa Renata de Fátima Dolenci Dorta Barca Rosemeire Cabral

# Agente(s) de serviços escolares:

Rosa Maria Grillo Quintino Angelina de Fátima Casseta Marchesin (Readaptada)

## Merendeiras

Ivanir Verger Bigoni. Sandra Mara de Melo.





# X - Instituições Escolares

# 1) Associação de Pais e Mestres:

Quadro de Composição da APM - 2015

# APM da E.E. Profa Dinorah Silveira Borges

	Presidente nato: Sandra Helena Siqueira								
Conselho Deliberativo: Mínimo 11 membros	Professores 30 %	Membros	RG						
	os %	Alexandra Carmini Wicher	20.718.020						
	esso 30 %	Angela do Carmo Escobar	18.095.544-5						
	Į ō	Isabel Cristina da Silva	17.143.515						
lib	<b>_</b>	Erica Faille Dian	29.181.906						
Del 1 n									
0 7	o o	Angelim Aparecido Sobral	31.649.440						
ᄩ	Pais – 40 %	Érica Elias Martins	43.878.901-5						
ns íni	ais °	Fabiana Aparecida Pinto dos Santos	22.296.315-3						
ਨੁਂ∑	<u>a</u>	Lucilena Sabião	22.601.269-4						
	Al un os os - 20 %	Antonio Marcos Floriano da Silva	39.565.850-0						
	4 2 0 1 4 %	Ingrid Franciele de Medeiros	56.903.456-5						
		lou ii E	140,500,070						
_	Diretor Executivo	Claudio Ernesto	16.523.270						
iva	Vice-Diretor Secretário	Amanda Martins da Silva	44.226.215-2						
ü	Diretor Financeiro	Andrea Justino Silva	29.107.853-9						
Хес	Vice- Financeiro	José Carlos Paulino Domingos  Ana Paula Marchesin da Silva	11.111.539						
Ē	Diretor Cultural	Rômulo Sensuline Valaretto	23.060.880-02 44.226.172-X						
oria	Diretor de Esportes	Ana Karina Cassoli	29.181.812-2						
Diretoria Executiva	Diretor Social	Maria Generci Rigonatto Freschi	12.515.252						
Οir	Diretor de Patrimônio	Fábio Arruda de Oliveira Sene	29.389.436-X						
			120.0001.1007.						
lho Ir	Pais	Rosângela Maria Quintino	26.824.053-X						
Conselho Fiscal		Ednalva Castor dos Santos	24.191.512-0						
ŏ -	Prof. ou Func.	José Luiz Dotto	30.583.477-0						





# 2) Grêmio Escolar:

Grêmio Estudantil								
Nº	Componentes	RG	Série	Função				
01	Jackson Vinícius Santana Alves	52.510.715-5	1 <sup>a</sup> D	Presidente				
02	Rafael Souza Lima	103.598.579-2	1 <sup>a</sup> E	Vice				
03	Nataly Alessandra da Silva	56.672.922-2	1ª D	Secretário Geral				
04	Ana Julia da Silva	105.018.802-0	1 <sup>a</sup> C	1º secretário				
05	Wesley Brendon de Souza	102.580.390-5	1 <sup>a</sup> A	tesoureiro geral				
06	Felipe Alves de Godoy	58.549.844-8	1 <sup>a</sup> A	1º tesoureiro				
07	Renan da Silva Pires	103.614,454-9	1 <sup>a</sup> A	Diretor-social				
08	Daiane Bastos da Silva	103.625.414-8	1 <sup>a</sup> A	Diretor-imprensa				
09	Thamires de Souza	55.944.547-7	1 <sup>a</sup> D	Diretor-esporte				
10	Rosicler Oliveira do Nascimento	102.546.305-5	1ª D	Diretor-cultura				
11	Thalles Wesley Amante	52.329.813-4	1 <sup>a</sup> C	Diretor-saúde e				
				meio ambiente				

Quadro de Composição do Grêmio – 2015 - Data da eleição: 19/04/2015

Vigência: 23/04/2012





# XI - Colegiados Escolares

# 1) Conselho de escola

Quadro de Composição do Conselho de Escola - 2015

# Conselho de Escola E. E. "Profa Dinorah Silveira Borges"

Nom	e e Assinatura:				
Nº	Nome RG		Nome RG		Segmento
1.	(T) Érica Faille Dian	29.181.906	a st		
	(S) Lucimara Parra	29.104.080-9	Post Tra b.		
2.	(T) Rosemeire Cabral	13.333.578-1	: .0		
	(S) Elaine Cristina Pereira	33.722.286-1	Fu nc.		
3.	(T) Cleide Cristina Baraldi	27.268.763			
4.	(T) Wanderley Doré Ribeiro	19.226.136-3			
5.	(T) Marilza Gomes da Silva	16.427.068			
6.	(T) Maria Generci Rigonatto Freschi	12.515.252	Professores (40 %)		
7.	(T) Angela do Carmo Escobar	18.095.544	fes (40		
8.	(T) João Antonio Rocha	29.508.371	o		
9.	(T) Andrea Justino Silva	29.107.853-9			
10.	(S) Claudio Ernesto	16.523.270			
11.	(T) Maria Paula de Oliveira dos Santos	50.839.006-0			
12.	(T) Caio Augusto Alves dos Santos	56.482.194-9	so (e		
13.	(T) Caio Guilherme Chaves dos Reis	49.945.464-9	Alunos (25%)		
14.	(T) Gustavo Souza Domingos		\[ \brace 2		
15.	(T) Victor Gustavo Souza Neves	53.748.144-8			
16.	(T) Alice de Oliveira				
17.	(T) Angelina de Fátima C. Marchesin	14.171.920-5	<b>"</b>		
18.	(T) Maria Aparecida da Silva Brino	5.338.686-5	Pais (25%)		
19.	(T) Neide de Viettro Bugatti	28.294.375-4			
20.	(T) Larissa C. Moreno				





- O Conselho deverá ser eleito no primeiro mês letivo.
- Cada segmento elegerá seus pares.
- As atas deverão ser lavradas de imediato, com a coleta de assinatura das pessoas presentes no ato.
- Os conselhos realizados extraordinariamente exigirão atas consubstanciadas.
- Coletar as assinaturas de todos os membros.
  - 2) Conselho de Classe e Série/Ano Calendário de reuniões 2015:

1º Bimestre: 04/05/2015 2º Bimestre: 07/08/2015 3º Bimestre: 13/10/2015 4º Bimestre: 21/12/2015





# XII – GESTÃO ESCOLAR

# Planilha de Ações de Melhoria da Escola – Quadriênio: 2015-2019 – Anexo I PLANILHA DE AUTO AVALIAÇÃO:

Auto Avaliação	A escola que tínhamos		A escola que temos hoje		A escola que	O que vamos
	(Auto Avaliação)				pretendemos	fazer
						AÇÕES
	potencialidades	dificuldades	potencialidades	dificuldades		
	- Integração profissionais	Ausência dos	-Integração	- Ausência dos	- Envolvimento e	- Através de
1- Gestão de	da escola, alunos compromissos dos profissionais da escola Prática de avaliação do	responsáveis.	profissionais da escola, alunos. - compromissos dos	responsáveis e participação dos	comprometimento de toda equipe e comunidade	reuniões, palestra de auto-estima e
pessoas	desempenho dos profissionais da escola Práticas de valorização e exime do trabalho e esforço dos professores e demais profissionais para melhoria da qualidade de ensinodesenvolvimento profissional através das ATPCs		profissionais da escola desenvolvimento profissional através das ATPCs	responsáveis.	escolar.	conscientização da importância da família.





				1		
	- Plano de Gestão	- Dificuldade	- Plano de Gestão	- Dificuldade	- Plano de Gestão	- Através do
	formulado e	de parceria	formulado e	de parceria	orientador dos	dialogo,
	validado.	com as	validado.	com as	valores, metas, e	reunião.
	- Avaliação	famílias,	- Avaliação	famílias,	objetivos da	
	participativa	empresas	participativa	empresas	educação	
2-Gestão	- atuação dos	visando a	- atuação dos	visando a	oferecido pela	
2 363643	conselhos/colegiados	melhoria da	conselhos/colegiados	melhoria da	escola.	
participativa	- Organização	gestão,	- Organização	gestão,	- Avaliação	
participativa	incentivo para que	escolar.	incentivo para que	escolar.	participativa, com	
	atuem em ações	- dificuldade	atuem em ações	- dificuldade	representantes de	
	solidaria e	de	solidaria e	de	pais, alunos,	
	cooperativas	comunicação	cooperativas	comunicação	professores e	
		com a		com a	comunidade de	
		comunidade		comunidade	modo a orientar	
		escolar		escolar	proposta de	
		(ausência dos		(ausência dos	melhoria.	
		responsáveis).		responsáveis).	-Conselhos/	
					colegiados	
					atuante	





	- Currículo não unificado	- Dificuldade de alguns	- Currículo Unificado. - Praticas de analise	- Dificuldade de alguns	- Currículo Unificado.	- Reuniões e estudos em
3-Gestão pedagógica	- Praticas de analise dos resultados para desenvolvimento de ações pedagógicas com o objetivos de melhorar o desempenho escolar Inclusão com equidadePlanejamento da prática pedagógicaOrganização do espaço e tempo escolar.	professores em desenvolver práticas pedagógicas para atender as diferentes necessidades de ritmos de aprendizagem, dos alunos e utilização adequada dos recursos tecnológicosDificuldades de alguns professores em planejar aulas.	dos resultados para desenvolvimento de ações pedagógicas com o objetivos de melhorar o desempenho escolar Inclusão com equidadePlanejamento da prática pedagógicaOrganização do espaço e tempo escolar.	professores em desenvolver práticas pedagógicas para atender as diferentes necessidades de ritmos de aprendizagem, dos alunos e utilização adequada dos recursos tecnológicos.	-Monitoramento da Aprendizagem, com ações pedagógicas tendo por objetivo a melhoria do desempenho escolarPráticas inovadoras inclusão com equidade - Planejamento d a prática pedagógica com base nos avanços e necessidades dos alunos Organização do espaço tempo escolar com o o objetivo de aprimorar a qualidade de	ATPCs, reuniões bimestrais Reuniões de Planejamento e replanejamento.
					ensino.	



- Documentos de



-Documentos de

- Documentos e

a melhoria do

trabalho

escolar.

recursos

Trabalhoeficientes dosprofissionais.disposição dos

material
pedagógico.
- Projetos de
conservação do
patrimônio.
- Reuniões para

interação escola/

recursos

financeiros.

comunidade e capacitação de recursos através de eventos. - Transparências da gestão de

1 C + ~	registro escolar em	de recursos	registro escolar em	Equipamentos	registros escolares	(
4-Gestão de	ordem.	tecnológicos	ordem.	de recursos	para atendimento	
	- Utilização das	em processos	- Utilização das	tecnológicos	ágil a comunidade	-
serviços de	instalações de forma	de adaptação.	instalações de forma	em processos	escolar e ao	
sel viços ae	adequadas	- Com exceção	adequadas	de adaptação.	sistema de ensino	
	- Preservação de	da escola da	- Preservação de	- Com exceção	- Utilização dos	-
apoio:	patrimônio.	Família o	patrimônio.	da escola da	recursos	ľ
-	- Planejamento	espaço não e	- Planejamento	Família o	tecnológicos,	
recursos	participativo,	utilizado pela	participativo,	espaço não e	equipamentos e	-
10001303	acompanhamento,	comunidade	acompanhamento,	utilizado pela	materiais	l
<b>C</b> ′-:	avaliação dos	escolar.	avaliação dos	comunidade	pedagógicos.	ŀ
físicos	recursos financeiros	- Capacitação	recursos financeiros	escolar.	- Conservação do	ŀ
	e prestação de	de recursos	e prestação de	- Capacitação	patrimônio	ľ
e financeiros	contas a	alternativos	contas a	de recursos	publica.	
c illianceiros	comunidades.	para	comunidades.	alternativos	- Interação escola	ľ
		complementar		para	/comunidade.	
		a melhoria do		complementar	- Capacitação de	ľ

trabalho

escolar.

Equipamentos





-Professores professores	protoccoroc			- Projetos que
comprometidosRetenção menor.  5-Gestão de resultados educacionais  comprometidosRetenção menor.  5-Gestão de resultados educacionais  comprometidosAlto índice de faltas dos professoresDificuldade no uso da sala de informáticaAlto índice de evasãoAlto índice de retençãoAusência dos responsáveis.	professores comprometidos.  - Constante avaliação da proposta pedagógica .  - Uso de desempenho escolar para melhoria da qualidade de ensino.  - Transparência e divulgação de resultado.  - Projetos que integram as disciplinas.  - Uso dos recursos tecnológicos.  - Acesso a projetos de inclusão.  - Projeto de autoestima.  - Aulas diferenciadas  - Capacitação Profissional.  - Estimular o aprendizado e a	metas de avaliação estabelecidas pela SEE Atingir as metas de avaliação interna Redução de evasão e retenção Professores eventuais habilitadosFalta de professoresAusência dos responsáveis.	Participativa.  Respeito mutuo.  Atingir as metas estabelecidas.  Pais presentes.  Grupo unido.  Qualidade de ensino.  Respeito às normas e regras.  Redução da evasão e retenção.  Professores capacitados e envolvidos.  Professores eventuais habilitados.	integram as disciplinas.  - Uso dos recursos tecnológicos.  - Acesso a projetos de inclusão.  - Projeto de auto- estima.  - Aulas diferenciadas  - Capacitação Profissional.  - Estimular o aprendizado e a Leitura.  -Avaliação aos moldes das avaliações externas.  -Projeto de integração escola- comunidade.





# XIII - Espaço Físico da escola

Espaço	QTDE	Condição de uso (Ótimo, Bom, Regular, Pouca condições de uso, Sem condições de uso)	Espaço com necessidade de reforma - registrar o plano de ação (encaminhamento para a FDE, execução com verbas de manutenção, próprias da APM, outros - especificar)
Acessibilidade e adaptabilidade para alunos, docentes e usuários da comunidade portadores de deficiência	00		Necessidade de reforma banheiro masculino e escada de acesso à sala de aula. FDE já comunicada, aguardando liberação de verba.
Salas de aula	10	Bom	
Sala de recursos audiovisuais	00		
Secretaria	01	Bom	
Direção	01	Bom	
Vice-direção	00	00	
Coordenação	01	Bom	
Sala do Acessa Escola	01	Bom	
Laboratório de Informática	00		
Laboratório de Ciências da Natureza	00		
Quadra esportiva	02	Bom	Somente uma quadra coberta.
Cozinha	01	Bom	
Cantina	01	Bom	





Zeladoria	01	Regular	Espaço pequeno
Corredores e acessos	02	Regular	Espaço pequeno
Sanitários de alunos	02	Bom	
Sanitários administrativos	02	Bom	
Outros (especificar)			

a) Potencialidades do espaço físico para promoção do processo de ensino-aprendizagem:

O espaço físico é bom, as salas de aulas em boas condições de uso com lousas de fórmica branca, o piso do pátio é cerâmica, duas quadras poliesportivas sendo uma coberta, cozinha em ótimas condições de uso.

b) Problemas no espaço físico para promoção do processo de ensino-aprendizagem:

Por se tratar de um prédio antigo, a manutenção deveria ser mais frequente. É necessário a construção de um laboratório, refeitório e sala pra ATPC.





# **XIV - Recursos financeiros**

2014	Periodicidade do repasse	Valor da parcela (projeção 2015 com base nos recursos recebidos em 2014)	Valor total anual 2015 (projeção)
Repasse Estadual - Manutenção	1ª QUADRIMESTRAL 2ª QUADRIMESTRAL	R\$: 3.912,00 R\$: 4,038,00 TOTAL: 7.950,00	R\$: 7.950,00
Repasse Estadual - DMPP			
Repasse Estadual - Outro (especificar)	-PROJETO MULTIRÃO TRATO NA ESCOLA -PROJETO ESCOLA DA FAMÍLIA.	R\$: 7.900,00 R\$: 2.960,00	R\$: 0,00 R\$ 2.960,00
Repasse Federal - PDDE	PDDE-2014	R\$ 8.270,00	R\$ 8.270,00
Recursos próprios - APM			R\$ 2.000,00
Total geral de recursos recebidos pela escolas em 2014		R\$ 27.080,00	R\$ 21.180,00





# XVII - Sistema Organizacional (plano de trabalho)

Segmento	Objetivos	Metas	Estratégia (s)	Ações	Resultados esperados	Avaliação
Direção e Vice-direção	Realizar uma gestão Democrática	Ensino de qualidade( avaliações internas). Atingir metas das avaliações externas. Administrar verbas recebidas. Gerir conflitos	Acompanhar o processo ensino-aprendizagem. Priorizar e conservar as necessidades da escola. Dialogo constante.	Acompanhame nto do ensino-aprendizagem.  Tomada de decisões. Reuniões	Alunos aptos e qualificado s para as vida. Escola organizada Equipe coesa.	Resultado: interno e externo. Prestação de contas. Ambiente de trabalho harmonioso s.
Secretaria da Escola	Organizar , sistematizar, registrar, informar documentos da vida acadêmica dos alunos, professores, funcionários. Tornar viável o funcionamen to administrativ o, garantindo sua legalidade e validade de seus atos.	Cumprir prazos para as diversa documentaçõ es.	Organização Priorizar tarefas. Trabalho coletivo.	Divisão do trabalho pelos responsável	Document os em ordem.	Documentos





es ATF Qua aco trab prof Acc vida	ogramar Ambiente democrático participativo onde produzam uma ompanhar a escolar salunos.		alunos,	professore s capacitado s e alunos informados		€
-----------------------------------	--	--	---------	---	--	---

Obs: Os planos de Ensino estão arquivados na U.E.





# XVIII - Dias e horários das Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC)

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CATANDUVA HORÁRIO DE ATPC - ANO LETIVO 2015

NOME DA U.E.:\_E.E.Profa Dinorah Silveira Borges

NOME DO PROFESSOR	DISCIPLINA		НС	IORÁRIO DE ATPC				essor sede ercício U.E.
		2 <sup>a</sup> feira	3ª feira	4 <sup>a</sup> feira	5 <sup>a</sup> feira	6ª feira	SIM	NÃO
ADRIANA T. ROSETE MARCOS	SOCIOLOGIA	h àsh	14.h 30 às.17.h	.h àsh	h àsh	h àsh	Х	
AILTON RENAN GOULART	MATEMÁTICA	16.h 30 às 18.h 10	h àsh	.h às.h	h àsh	h àsh		Х
ALESSANDRO T. CHAVES	QUIMICA	16.h 30 às 19h	h àsh	h àsh	h àsh	h àsh	Х	
ALEXANDRA CARMINI WICHER	MATEMÁTICA	16.h 30 às 19h	h àsh	h àsh	h àsh	h àsh	Х	
AMANDA M. DA SILVA	FILOSOFIA	. 16.h 30 às 18.h 10	h àsh	.h às h	h àsh	h àsh	Х	





ANA CAROLINA RODRIGUES MARTUCCI	PAA	16.h 30 às	h àsh	1.h àsh	h àsh	h àsh	X
		18.h 10					
ANDREA JUSTINO SILVA	SALA DE						Х
	LEITURA	h	14.h 30	.h àsh	h àsh	h àsh	
		àsh	às.17.h				
ANGELA DO CARMO ESCOBAR	INGLÊS						Х
	LINGUA	16.h 30 às	14.h 30	h	h àsh	h àsh	
	PORTUGUESA	19h	às.15h 40	àsh			
CLAUDIO ERNESTO	GEOGRAFIA						X
		16.h 30 às	h àsh	h àsh	h àsh	h àsh	
		18.h 10					
CLEIDE CRISTINA BARALDI	INGLES	-					X
		.h às.h	14.h 30	.h às.h	h àsh	h àsh	
	22.000		às.17.h				
DAVINA MARIA ALVES DOS	PROF <sup>a</sup> MEDIADORA		14.h 30				
SANTOS	WEDINDON	h	às.15h 40	h às h	h àsh	h àsh	
CIANE HONORI DE LIMA	NAATENAÁTIOA	àsh					\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \
GIANE HONORI DE LIMA	MATEMÁTICA	401.00 `					X
		16.h 30 às	h àsh	.h àsh	h àsh	h àsh	
LOADEL ODIOTINA DA OUVA	1 10114	19h					\ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \ \
ISABEL CRISTINA DA SILVA	LINGUA	16.h 30 às		\( \lambda = \lambda \)			X
	PORTUGUESA	19h	h àsh	.h àsh	h àsh	h àsh	
JOÃO ANTONIO ROCHA	FILOSOFIA						Х





		16.h 30 às	h àsh	h	h àsh	h àsh		
		19h		àsh				
JOSÉ APARECIDO DE BIAZI	INGLES						Χ	
		h às h	14.h 30	.h àsh	h àsh	h àsh		
			às.17.h					
JOSE LUIS DOTTO	CIENCIAS						Χ	
		h às h	14.h 30	.h às. h	h àsh	h àsh		
			às.17.h					
KAROLINE L. GENARI	ARTE	16.h 30 às					Χ	
		18.h 10	h àsh	.h às h	h àsh	h àsh		
LUCIANA CRISTINA F. LONGHI	FISICA	h às.h	14.h 30	h	h àsh	h àsh	Χ	
			às.17.h	àsh				
LUCIANO DE OLIVEIRA	PAA						Χ	
		16.h 30 às	h àsh	.h àsh	h àsh	h àsh		
		18.h 10						
MARGIE DE LOURDES OLIVEIRA	FISICA	16.h 30 às					Χ	
		19h	h àsh	.h àsh	h àsh	h àsh		
MARIA DO CARMO BRAGGIO	PAA				h àsh	h àsh		Х
FERNANDES		.h às h	14.h 30	.h às .h				
			às.15.h 20					
MARIA GENERCI FRESCHI	READAPTADA						Χ	
		h às h	14.h 30	.h às.h	h àsh	h àsh		
			às.15h 40					
MARILZA GOMES DA SILVA	LINGUA	16.h 30 às					Χ	
	PORTUGUESA	19h	h àsh	h	h àsh	h àsh		
				àsh				





NADIA DA SILVA	ED. FISICA						Х	
		h	h àsh	h àsh	h àsh	h àsh		
		àsh						
ROMULO S. VALARETTO	BIOLOGIA			.h àsh			Χ	
		16.h 30 às	h àsh		h àsh	h àsh		
		19h						
RONALDO G. DE AGUIAR	ED. FISICA		14.h 30				Χ	
		h	às.15h 40	h àsh	h àsh	h àsh		
		àsh						
ROSMEIRE AP. MAGNI	READAPTADA						Χ	
		.h às h	14.h 30	h às h	h àsh	h àsh		
			às.15h 40					
SILMARA APDA DOS SANTOS	GEOGRAFIA						Χ	
BRITO		.h às.h	14.h 30	.h às.h	h àsh	h àsh		
			às.17.h					
THELMA PASCHOA BICUDO	READAPTADA							Х
		h	14.h 30	h às.h	h àsh	h àsh		
		àsh	às.15h 40					
WANDERLEY DORÉ RIBEIRO	MATEMÁTICA						Χ	
		16.h 30 às	h àsh	.h às.h	h àsh	h àsh		
		18.h 10						





# IX - Anexos

- l Boletins completos da série histórica no IDESP e SARESP 2007,2008,2009 e 2010 (cópias)
- II Quadro Escolar (Q.E. do ano letivo em curso).( Xerox)
- III Quadros curriculares por curso e série/ano homologados.( Xerox)
- IV Quadro de turmas ACD
- V Calendário Escolar do ano letivo em curso homologado. ( Xerox)
- VI Horário Administrativo do ano em curso homologado. (Xerox)
- VII Escala de Férias para o Exercício de 2015
- VIII Balancetes do primeiro e do segundo semestre do ano anterior (2010 GDAE)
- IX Comprovante de registro da ata de convenção da APM em Cartório. (Xerox)
- X Cópia da autorização publicada em D.O. para ocupação da zeladoria.(Xerox)
- XI Comprovante da realização dos seguintes serviços e seus respectivos certificados. ( Xerox)







Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Ensino do Interior
Diretoria de Ensino - Região de Catanduva
EE "Prof.º DINORAH SILVEIRA BORGES"
Av. Barão dos Cocais n.º 340 - Cj. Euclides Figueiredo
Catanduva - SP - CEP. 15.808-095- fone: (017) 3522-5270
e-mail: e026761a@see.sp.gov.br

Catanduva, 16 de Janeiro de 2015.

#### OFICIO Nº 004/2015

Assunto: Solicita homologação do Calendário Escolar para o Ano Letivo de 2015.

A Direção da EE PROF.ª "DINORAH SILVEIRA BORGES" vem através deste solicitar de Vossa Senhoria, homologação do Calendário Escolar para o Ano Letivo de 2015.

Na oportunidade reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Cleusa Aparecida Sulfiato RG. 4.748.739-2 Diretor de Escola

ILMA. SR.º PROF.º MARIA APARECIDA CHERUTI DD Dirigente Regional de Ensino DER CATANDUVA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CATANDUVA CATANDUVA-SP

Nº de controle\_\_\_

Recebido nor:

Legina







				000	avoker.	2000	1000				10.000	16,000		
		٦		15	77	20	20	21	2	21	21	77	20	16
		-			31		-						-	
	١.	S			30					31		REFERENCE SEL	1 30 F	
	DE 29-12-2014.	0			53		31			30			59	F 21
	9-12-	S		78	78		30		261	53		31	28	
	DE 2		31 RE AT	27 L	27		7		31 RE	28 L		30	27	
	19 72,	a	RE AT	7 J	7 1	30	28 L		30 RE	27 L		29 L	26 L	31 RE
	) SE N	ø	28 RE AT	25 L	25 L	73 L	27	9	29 RE	26 L	30	28 L	25 L	30 RE
_	UÇÃ	_	27 RE AT	24 L	24 L	28 L	26 L	30	28 RE	25 L	29 L	27 L	24 L	29 RE
Š	RESO		9 ⊒ <u>F</u>	8	8	7	2	29 L	27 RE	24 L	28 L	26 L	23 L	28 RE
N	- (N	S	25 26 RE RE AT	22 23 L	22 23 L	26 27 L	24 25 L	28 2 L	26 2 RE R	23 2 L	27 2 L	25 2	22 2	27 2 RE R
ATA	(LDB		RE R	21 2	21 2	25 2	23 2	27 2	25 2 RE R	22 2	26 2	24 2	21 2	26 2 RE F
)E C	14/96	S		2	2	MINER WAS	700						7 07	
30	1 939	S	23 RE AT	20 P.	70	24 L	22 L	79 1	24 RE	21 L	25 L	23 L	7	25 RE
EGI)	DERA	ø	RE AT	19 P.	19 L	23 L	21 L	25 L	23 RE	20 L	24 L	77 L	19 L	24 RE
- N	EEE	a	21 RE AT	18 P.	18 L	22 L	20 L	24 L	22 RE	19 L	23 L	. 21 L	18	23 RE
8	15 -	_	. RE .	17 FN	17 L	21 FN	19 L	23 L	21 RE	18 L	22 L	20 L	17 L	22 RP M
INS	/0 20	s	E1 35	16 PF	16	ر 20 د	18 L	22 L	20 RE	17 L	21 L	19	16 L	2827
DE	LET	0	18 RE	15	15	19	17	21	19 RE	16	20	18	15	20
RIA	ANO	S	17 RE	14	14	18	16	20	18 RE	15	19	17 EF	14	19
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE CATANDUVA	ÉDIO -	s	16 RE	13 L	13 L	17	15 L	19	17 FR	14 RPM L	18 L	16 RPM	13 L	18 L
DIR	IR - CURSOS: ENSINO FUNDAMENTAL CICLO II e ENSINO MÉDIO - ANO LETIVO 2015 - LEI FEDERAL 9394/96 (LDBEN) - RESOLUÇÃO SE Nº 72,	ø	S1 S1	12 L	12 L	16 L	14 L	18 L	16 FR	13 L	17 L	15 L	12 L	17 L
	II e EN	ø	14 FR	11	111.	15 L	13	17 L	15 FR	12 L	16 L	14 L	11	16 L
	CICLO	F	FR 83	10 L	10 L	14 FM	12 L	16 L	14 FR	111	15 L	13 ecs.n L	10 L	15 L
	NTAL	234	12 FR			3	. 2	15 L	13 FR	10	14 L	12 FN	- T	14
	DAME	0 S	11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11 11	1 80	7 80	12 13	10 11 RP	14 1	12 1 FR F	09 1	13 1	11	0 80	13
	E.	۵		0	0	2.82.886	-	1	1 4	0		7	0	-
	SINO	s	5 H	00	00	11 DIA D	8	13	11 #	RPI	12 RS	10	00	12
	)S: EN	s	E 33	90 P	90	01 7	80	12 L	10 H	07 005A 1	11 7	60 -	90	= -
	URSC	Ø	8 E	00 L	00 L	66 J	07 L	11 7	99 R.	J 90	10 L	08 L	05 L	10 L
NA NA	IR-C	Ø	07 FR	4 J	25 J	80 7	90	10 L	88 FF	05 L	ر 60	07 L	2 J	60 L
TANC		-	96 FR	03 L	03 L	02 L	00	60	07 FR	04 L	08 1	ر 90	03 L	08 L
EE "PROF.ª DINORAH SILVEIRA BORGES " - CATANDUVA	CALENDÁRIO ESCOLAR – ENSINO REGUL	S	OS FR	02 AC/L	02 L	90	04 CCS34 L	08 1	96 FR	03 L	07 FN	05	02 FN	07 L
3ES "	ENSII	253	49 R	01 RE //	10	90	æ	0 40	95 FR	05	90	40	01	90
BOR	AR-		8 #			90	02	90	42 R.	O1 RE	50	03		90
EIRA	SCOI		FR 02			50 N	01 F	00	03 FR		L 04	00		04 L
SILV	(RIO		10 H			002		40 N	0,02		03	01		03
RAH	END/	Ø				01 L		03	01 L		00			05 L
DINC	R	-						02 L			01 L			L 01
OF.ª		s						01 L			110			
"PR		0		Made							113.43		41.	2.41.6
Н			AN	FEV	M M	ABR	MAI	NOT NOT	Ħ	O O	138	00 ±	Q >	230

19 Bimestre: 02/02 até 30/04/2015 39 Bimestre: 03/08 até 30/09/2015 TOTAL DIAS EFETIVO TRABALHO ESCOLAR 19 SEMESTRE: 100 29 Bimestre: 04/05 até 02/07/2015 49 Bimestre: 19/10 até 22/12/2015 TOTAL DIAS EFETIVO TRABALHO ESCOLAR 29 SEMESTRE: 100

TOTAL GERAL ANUAL: 200



SCARCIANIM DE ESTANDO DA EDUCAÇÃO COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE CATANDUVA







FR	FÉRIAS ESCOLARES/DOCENTES	RE/AT	RECESSO ESCOLAR/ Processo PL		Planejamento	NI – Não Letivo
		all set the	inicial de Atribuição de aulas			
7	Dia Letivo	RPL	Replanejamento	CCSA	Conselho de	Observações
					Classe/Série/Ano	
	Reuniões de Conselho de Escola e	RPM	Reunião de Pais e Mestres	PF/FN	Ponto facultativo/	Ponto facultativo/ 1- As reuniões de Conselho de Escola e da APM serão realizadas sem prejuízo das atividades escolares:
	APM				Feriado Nacional	27/02/2015; 22/05/2015; 28/08/2015; e 14/12/2015. e. P.S. Reuniões APM: Assembléia Geral; Conselho
Dia	11/04 – realização das atividades do	RS	12/09 - Reflexão e discussão FM	FM	14/04-Feriado	Deliberativo; Diretoria Executiva; Conselho Fiscal (Atas Distintas).
"O"	dia "D" da Autoavaliação		dos resultados do Saresp		Municipal ·	2- As atividades didático-pedagógicas e/ou comemorações cívicas serão realizadas com controle de frequência
	Institucional	EF	17/10 – "Um dia na escola do AC	AC	Acolhimento	dos alunos e sob a orientação dos professores.
			meu filho"			3- Horário de entrada e saída dos períodos:
70/1	L/CC Comemoração Cívica com aluno		Dia da Consciência Negra:			- Manhã: 7h às 12h20
	e/ou Desfile Cívico, e, Atividade		20/11/2015 - Comemoração			- Tarde: 12h50 às 18h10
	pedagógica.	ALC: N	com aula regular			- Noite: 19h às 23h

Homologo: 23/01/2015.

Pela Homologação: 37/0 1/2015.

Cópia da Ata do Conselho anexada. Catanduva, 16 de Janeiro de 2015. Maria Aparecida Cheruti RG::6.091.493-2 Dirigente Regional de Ensino

Dirigente Regional de Ensino

Juceni Barth RG: 5.358.513-6 Supervisor de Ensino

Diretor de Escola

Cleusa Aparecida Sulfiato RG 4.748.739-2 Diretor de Escola

SCARCHARIA DE ENSINO DO INTERIOR
COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR
DIRETORIA DE ENSINO DA REGIÃO DE CATANDUVA







Secretaria de Estado da Educação
Coordenadoria de Ensino do Interior
Diretoria de Ensino - Região de Catanduva
EE "Prof.º DINORAH SILVEIRA BORGES"
Av. Barão dos Cocais n.º 340 - Cj. Euclides Figueiredo
Catanduva - SP - CEP. 15.808-095- fone: (017) 3522-5270
e-mail: e026761a@see.sp.gov.br

Catanduva, 18 de Março de 2015.

#### OFICIO Nº 026/2015

Assunto: Solicita homologação de Matrizes Curriculares para o Ano Letivo de 2015.

A Direção da EE "PROF.ª DINORAH SILVEIRA BORGES" vem através deste solicitar de Vossa Senhoria, homologação das Matrizes Curriculares do Ensino Fundamental e Médio para o Ano Letivo de 2015.

Na oportunidade reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente

Sandra Helena Siqueira RG. 17.143.643-X Diretor de Escola

ILMA. SR.<sup>a</sup> PROF.<sup>a</sup> MARIA APARECIDA CHERUTI DD Dirigente Regional de Ensino DER CATANDUVA





CHIC CHIC ERVELONICHA AFARECIDA CHERUTI 20 Dirigilio Peplanista de Ensino-200 Dirigilio Peplanista de Ensino-

SECRETARIA D	E ESTADO DA EDUÇAÇÃO
DIRETORIA CLEN	STRD - MEGLEG UE CATANBUYA
CA	Alsorma-SP
Nº de a	990
D.370: 19	03 .2015
Recebida nor:	2000







SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

# Secretaria Escolar Digital

18/03/2015

Homologada

# **Detalhar Matriz Curricular**

Matriz Curricular

Ano Letivo: 2015

Data Inicio: 01/01/2015

Data Fim: 31/12/2015

Diretoria: CATANDUVA

Escola: DINORAH SILVEIRA BORGES PROFESSORA

Tipo de Ensino: ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS - Ciclo II - Anos Finais

Fundamento Legal: Resolução SE nº 81, de 16-12-2011 ANEXO II

Período: DIURNO

Carga Horaria: 1200

Modulo: 40 semanais

Quadro de Aula

		Quantidade de Aulas					
<b>D</b> isciplina	Classificação	6 ANO	7 ANO	8 ANO	9 ANG		
1100 - LINGUA PORTUGUESA	Base Nacional Comum	6	6	6	6		
1813 - ARTE	Base Nacional Comum	2	2	2	2		
1900 - EDUCAÇÃO FÍSICA	Base Nacional Comum	2	2	2	2		
2100 - GEOGRAFIA	Base Nacional Comum	4	4	4	4		
2200 - HISTORIA	Base Nacional Comum	4.	4	4	4		
2500 - CIENCIAS FISICAS E BIOLOGICAS	Base Nacional Comum	4	4	4	4		
2700 - MATEMATICA	Base Nacional Comum	6	6	6	6		
1400 - LINGUA ESTRANGEIRA INGLES	Parte Diversificada	2	2	2	2		

Data	Situação Aprovação	Justificativa
07/01/2015 13:31	Aguardando análise	
07/01/2015 13:33	Aprovada	Atendimento a demanda.
08/01/2015 11:11	Ratificada	De acordo com a legislação vigente.
12/01/2015 11:05	Homologada	HOMOLOGADA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO VIGENTE.

RITA DE CASSIA LEONEL FERRAZ

JOSEFA BASILIO DA SILVEIRA

MARIA APARECIDA CHERUTI Maria Aparecida Cheru. RG.:6.091.493-2 Dirigente Regional de Ensino







SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### Secretaria Escolar Digital

18/03/2015

Homologada

### **Detalhar Matriz Curricular**

Matriz Curricular

Ano Letivo: 2015

Data Inicio: 01/01/2015

2015 Data

Data Fim: 31/12/2015

Diretoria: CATANDUVA

Escola: DINORAH SILVEIRA BORGES PROFESSORA

Tipo de Ensino: ENSINO MEDIO

Fundamento Legal: Resolução SE nº 81, de 16-12-2011 ANEXO V

Período: DIURNO

Carga Horaria: 1200

Modulo: 40 semanais

Quadro de Aula

Disciplina  1111 - LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA  1813 - ARTE  1900 - EDUCACAO FISICA  2100 - GEOGRAFIA  2200 - HISTORIA  2300 - SOCIOLOGIA  2400 - BIOLOGIA  2600 - FISICA  2700 - MATEMATICA  2800 - QUIMICA		C	uantidade de Aula	
	Classificação	1 SERIE	2 SERIE	3 SERIE
1111 - LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA	Base Nacional Comum	5	5	5
1813 - ARTE	Base Nacional Comum	2	2	2
1900 - EDUCAÇÃO FÍSICA	Base Nacional Comum	2	2	2
2100 - GEOGRAFIA	Base Nacional Comum	2	2	2
2200 - HISTORIA	Base Nacional Comum	. 2	2	2
2300 - SOCIOLOGIA	Base Nacional Comum	2	2	2
2400 - BIOLOGIA	Base Nacional Comum	2	2	2
2600 - FISICA .	Base Nacional Comum	2	2	2
2700 - MATEMATICA	Base Nacional Comum	5	5	5
2800 - QUIMICA	Base Nacional Comum	2	2	2
3100 - FILOSOFIA	Base Nacional Comum	2	2	2
1400 - LINGUA ESTRANGEIRA INGLES	Parte Diversificada	2	2	2

Aprovação

Data	Situação Aprovação	Justificativa (1997)
07/01/2015 13:17	Aguardando análise	
07/01/2015 13:29	Aprovada	Atendimento a demanda.
08/01/2015 11:51	Ratificada	De acordo com a legislação vigente.
12/01/2015 11:05	Homologada	HOMOLOGADA DE ACORDO COMA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

RITA DE CASSIA LEONEL FERRAZ

CLEUSA APARECIDA SULFIATO

JOSEFA BASILIO DA SILVEIRA

MARIA APARECIDA CHERUTI

Maria Aparecida Cheruti RG.:6.091.493-2

Dirigente Regional de Ensiro Secretaria Escolar Digital







SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria Escolar Digital

18/03/2015

Homologada

### **Detalhar Matriz Curricular**

Matriz Curricular

Ano Letivo: 2015

Data Inicio: 01/01/2015

Data Fim: 31/12/2015

Diretoria: CATANDUVA

Escola: DINORAH SILVEIRA BORGES PROFESSORA

Tipo de Ensino: ENSINO MEDIO

Fundamento Legal: Resolução SE nº 81, de 16-12-2011 ANEXO VI

Período: NOTURNO

Carga Horaria: 1080

Modulo: 40 semanais

Quadro de Aula

		C	luantidade de Aula	<b>IS</b>
Disciplina Disciplina	Classificação	1 SERIE	2 SERIE	3 SERIE
1111 - LINGUA PORTUGUESA E LITERATURA	Base Nacional Comum	4	4	4
1813 - ARTE	Base Nacional Comum	2	2	2
2100 - GEOGRAFIA	Base Nacional Comum	2	2	1
2200 - HISTORIA	Base Nacional Comum	2	2	2
2300 - SOCIOLOGIA	Base Nacional Comum	. 2	1	2
2400 - BIOLOGIA	Base Nacional Comum	2	2	2
2600 - FISICA	Base Nacional Comum	2	2	2
2700 - MATEMATICA .	Base Nacional Comum	4	4	4
2800 - QUIMICA	Base Nacional Comum	2	2	2
3100 - FILOSOFIA	Base Nacional Comum	1	2	2
1400 - LINGUA ESTRANGEIRA INGLES	Parte Diversificada	2	2	2

Data	Situação Aprovação	Justificativa
7/01/2015 13:19	Aguardando análise	
7/01/2015 13:28	Aprovada	Atendimento a demanda.
8/01/2015 14:38	Ratificada	De acordo com a legislação vigente.
2/01/2015 11:06	Homologada	HOMOLOGADA DE ACORDO COMA LEGISLAÇÃO VIGENTE.

RITA DE CASSIA LEONEL FERRAZ

P. N. Anguera CLEUSA APARECIDA SULFIATO

JOSEFA BASILIO DA SILVEIRA

MaMalaparecipas tigre Tuti RG.:6.091.493-2 Dirigente Regional de Ensino

Secretaria Escolar Digital





SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO COORDENADORIA DE ENSINO ( VIERIOR DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO D. CATANDUVA EE PROF.º DINORAH SILVEIRA BORGES

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR - 7h ÀS 23h

	OMO	*	C- ATACTADO		DIA	DIA / SEMANA	iA.			PERÍODO	
NOME DO FUNCIONÁRIO	Q.S.E.	CARGO/FUNÇÃO	Especificar CARGO/FUNÇÃO, tipo	2ª	3ª	4	25	63	MANHĀ	TARDE	NOITE
Marisa Lopes Parra	ΜÒ	Diretor de Escola	Afastada junto à Municipalização								
				>					10h	15h	
				×					14h	19h	
					×				10h	15h	
									13h	20h	
Sandra Helena Signeira	MO	PER II	Diretor de Escola			×			9h às		19h às
A A A A A A A A A A A A A A A A A A A	>	11 77 1							13h		23h
							×		10h às 13h	18h às 23h	
								×	7h às	17h às	
				(				5	13h	19h	
				( <b>x</b> )		1			7h às	14h às	
Kátia Milene Rufino Frigeri	ΜÒ	PEB II	Vice-Diretor de Escola	)					10h	19h	
					X		X		7h às	13h äs	
		¥					$\supset$		10h	18h	
						×		×		13h às	19h
						8)		4		17h	23h
Erica Faille Dian	MÒ	PEB II	Vice-Diretor de Escola da	×							19h às
			Escola da Família								23h
					×					13h às	19h às
						(				17h	23h
						X			7h às	15h às	
						)					







SECRETARIA DE ESTADO DA EN ICAÇÃO COORDENADORIA DE ENSINO L ITERIOR DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE CATANDUVA EE PROF.ª DINORAH SILVEIRA BORGES

William Co.		The second secon	EE PROF. DINORAH SILVEIRA BORGES	SORGES			2			
+		HORÁRIO DE FUN	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR – 7h ÀS 23h	R-7h À	S 23h					
		QUADRO DE HORÁRIO TÉCNIC	QUADRO DE HORÁRIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2015 – FUND. LEGAL: DECRETO N° 52.054/07 e RES. SE 73/07.	EGAL: D	ECRET	N° 52.0.	54/07 e RE	S. SE 73/07.		
	OMO		C. AFACTADO		DIA/	DIA / SEMANA	A		PERÍODO	
NOME DO FUNCIONÁRIO	Q.S.E.	CARGO/FUNÇÃO	Especificar CARGO/FUNÇÃO, tipo	2ª	32	£4	55	6ª MANHĀ	TARDE	NOITE
Lucimara Aparecida Parra	ΜÒ	PEB II	Professor Coordenador	×					13h30	20h às
									às 19h	22h30
		8			×			8h às	13h30	
								12h30	às 17h	
						×		7h às		19h às
•	9							11h		23h
							X	7h às		19h às
								11h30		22h30
			12					X 7h às		19h às
								12h30		21h30







SECRETARIA DE ESTADO DA "DUCAÇÃO COORDENADORIA DE ENSINO". J INTERIOR DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE CATANDUVA EE PROF.ª DINORAH SILVEIRA BORGES

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR – 07h ÀS 23h

		NOITE																	19h às	23h	19h às	23h					
13/07.		PERIODO TARDE	13h	17h	12h às	16h30	12h30	15h50	13h	17h30	11h30 às	17h30	15h às	17h	12h às	17h	17h às	22h					13h às	17h	13h30 às	17h30	
ES. SE 7		MANHĀ	8h	12h	7h30 às	11h	0549	11h30	8h30	12h	8h às 10h		7h às 13		7h às 10h		10h às	13h	6h45 às	10h45	8h30 às	12h30	6h45 às	10h45	6h45 às	10h45	
7 e R	Ī	63	×		×		×	18	X						×		X							,	×		
.054/0		Sa Sa	×		×		×		×				×				×						×				
N° 52		DIA / SEMANA	×		×		×		X		X					360	X	-					X				
ETO		DIA 3ª	×		×		×		×				X				X				X						
DECR		23	X		×		×		×		X						×		X								
-2015 - FUND, LEGAL:	Se AFASTADO	Especificar CARGO/FUNÇÃO, tipo	Designado Gerente de	Organização Escolar													35		•		le						
ARIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO – 2015 – FUND. LEGAL: DECRETO Nº 52.054/07 e RES. SE 73/07.	5. <b>*</b> 9	CARGO/FUNÇÃO	Secretário de Escola	٠	Secretário de Escola		Agente de Organização Escolar		Agente de Organização Escolar		Agente de Organização Escolar						Agente de Organização Escolar		Agente de Organização Escolar			,	•				
RIO TÉ	MO	Q.A.E. Q.S.E.	QAE		QAE		QAE		QAE		QAE						QAE		QAE								
QUADRO DE HORÁI		NOME DO FUNCIONÁRIO	Rita de Cássia Leonel Ferraz		Anne Marie Brattig Cassoli	)	Fábio Arruda de Oliveira Sene	•	Elaine Cristina Pereira		Elsa de Vietro Freitas				×		Rosimeire Cabral		Manoela Correa								







SECRETARIA DE ESTADO DA ¿DUCAÇÃO COORDENADORIA DE ENSINO DO INTERIOR

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE ESCOLAR – 07h ÀS 23h DIRETORIA DE ENSINO – REGIÁO DE CATANDUVA EE PROF.ª DINORAH SILVEIRA BORGES

		200.000					T		T	
		NOITE					19h às	23h	19h às	23h
3/07.	PERÍODO	TARDE	13h45 às	15h45	13h às	17h				
53. SE 7		MANHĀ TARDE	6h45 às	12h45	6h45 às	10h45	7h às 11h		8h30 às	12h30
7 e K		63	-	-9-20					X	
.054/	NA	s.c							×	
25 N	DIA / SEMANA	4					×			
Œ 10	DIA	3a			×					
DEC		2ª	X							
- 2015 - FUND. LE	Se AFASTADO.	Especificar CARGO/FUNÇÃO, tipo								
ECNICO ADMINISTRATIVO = 2015 = FUND, LEGAL: DECKETO N° 52.054/07 e RES. SE 73/07.		CARGO/FUNÇÃO	Agente de Organização Escolar							
	OMOAF	Q.S.E.	QAE							
QUADRO DE HORARIO		NOME DO FUNCIONARIO	Renata de Fátima Dolenc Dorta Barca				•			v

Calanduva, 26 de mones de 2015 HOMOLOGO

de 2015

26 de mario Pela homologação

Catanduva,

Catanduva, 25 de Março de 2015.

of digner

Sandra Helena Siquein: RG 17.143.643-X

Diretor de Escola

Maria Aparecida Cheruu RG.:6.091.493-2

Dirigente Regional de Ensino

Juceni Barth RG: 5.358.513-6 Supervisor de Engino





































